

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 013/2019 POR LOTE ÚNICO, DO TIPO MENOR PREÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E MAIOR DESCONTO PERCENTUAL PARA REPOSIÇÃO DE PEÇAS

EDITAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE/RN, CNPJ/MF n.º 08.170.540/00014-25, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, POR LOTE ÚNICO, DO TIPO MENOR PREÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E MAIOR DESCONTO PERCENTUAL PARA REPOSIÇÃO DE PEÇAS, observando os preceitos legais em conformidade com o Decreto n.º 7.892, de 23/01/2013, a Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, e subsidiariamente a Lei n.º 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações, assim como a Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, e subordinado às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. OBJETO

O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar-condicionado, incluindo substituição de peças, limpezas e consertos em tubulações, canos internos e externos de drenagem, acessórios e componentes elétricos e eletrônicos, pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Maxaranguape, pelo período de 12 meses, prorrogáveis conforme disposição da Lei Federal nº. 8666/93.

1.1 EQUIPAMENTOS DO PATRIMÔNIO DA PREFEITURA DE MAXARANGUAPE

CAPACIDADE (BTUs)	TIPO	QUANTIDADE	MODELO	SETOR
9.000	SPLIT	07	Split	Prefeitura
9.000	SPLIT	10	Split	Educação
9.000	SPLIT	04	Split	Assistência Social
18.000	SPLIT	10	Split	Educação
22.000	SPLIT	05	Split	Saúde
22.000	SPLIT	01	Split	Prefeitura
30.000	SPLIT	04	Split	Saúde
36.000	SPLIT	08	Split	Saúde
60.000	SPLIT	01	Piso/Teto	Saúde

2. ABERTURA

Dia: 02 de setembro de 2019 Hora: 09hs (horário local)

Local: Sede do Centro Administrativo do Município - Sala de licitações, situada na Rua Quinze

de Novembro, 45 - Centro | CEP 59580-000 - Maxaranguape/RN.

2.1. DO LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL.

Dias: de Segunda a sexta-feira das 08h às 13h



Local: Sede do Centro Administrativo do Município – Sala de licitações, sito a Rua Quinze de Novembro, 45 - Centro, CEP 59580-000 – Maxaranguape/RN, no horário das 08h00minh às 13h00min, de segunda a sexta-feira.

Ou através do site da Prefeitura de Maxaranguape (www.maxaranguape.rn.gov.br)

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste pregão, os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos.
- 3.2. Não poderão participar deste Pregão:
 - a. Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
 - b. Empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com Maxaranguape/RN, durante o prazo da sanção aplicada;
 - c. Empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
 - d. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
 - e. Empresário cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Pregão;
 - f. Empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;
 - g. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
 - h. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

4. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

- 4.1. Por ocasião da entrega dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os documentos de Habilitação, os representantes das empresas interessadas em participar do certame deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro na hora estipulada para o início da sessão pública de abertura dos envelopes, devidamente munidos de documentos que os credenciem a participar desta licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas, lances verbais, assinaturas e atas e contratos.
- 4.2. Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.



- 4.3. Por credenciamento entende-se a apresentação dos seguintes documentos:
- 4.3.1. Se a empresa se fizer representar por seu sócio ou proprietário, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar:
 - a. Cópia da carteira de identidade ou documento equivalente;
 - b. Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto Contrato Social, acompanhando dos Aditivos ou alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comercias; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; ou, no caso de empresa individual, o Registro Comercial.
- 4.3.2. Caso seja designado outro representante/procurador, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito a apresentação/entrega dos seguintes documentos:
 - a. Cópia da Carteira de Identidade ou documento equivalente, do Sócio ou proprietário da empresa e do representante/procurador, nomeado para tal;
 - b. Cópia do Ato Construtivo, Estatuto ou Contrato Social, acompanhando dos Aditivos ou alterações em vigor.
 - c. Procuração Pública ou Procuração Particular (com firma reconhecida) ou Carta de Credenciamento (ANEXO V com firma reconhecida), firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, sendo imprescindível estarem expressos os poderes delegados, inclusive, o de formular verbalmente lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.
- 4.3.3. Declaração, no caso das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, de que atendem os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para que possam fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei, conforme modelo ANEXO VI do edital.
- 4.3.4. Declaração dando ciência que cumprem plenamente os requisitos de habilitação exigidos por este instrumento convocatório, conforme modelo do ANEXO VII.
- 4.3.5. Declaração de inexistência de fato impeditivo à sua habilitação, conforme modelo do ANEXO VIII.
- 4.3.6. Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme modelo do ANEXO X.
- 4.4. Estes documentos (originais ou cópias) ficarão em poder do Pregoeiro e integrarão o processo. No caso de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas, à vista do original, por tabelião, ou pelo Pregoeiro, ou por servidor integrante da Equipe de Apoio do Órgão executor da licitação, excetuando-se a procuração pública ou particular.



- 4.5. A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento do pretenso representante impossibilitará o oferecimento de lances verbais pela licitante durante a sessão do pregão.
- 4.6. O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.
- 4.7. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.
- 4.8. Para a efetivação de lances verbais é obrigatória a presença dos representantes credenciados no ato de abertura da licitação.
- 4.9. Encerrada a fase de credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários.
- 4.10. A documentação descrita no subitem 4.3 do presente Edital, inerente ao credenciamento, deverá ser apresentada fora dos envelopes de Propostas de Preços e Habilitação.

5 - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. A Proposta deverá ser apresentada impressa, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, sem cotações alternativas, datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador.
- 5.2. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.
- 5.3. As licitantes deverão apresentar na data e horário previstos no preâmbulo deste Edital, dois envelopes opacos e devidamente lacrados, contendo no **ENVELOPE Nº 01** a sua **PROPOSTA DE PREÇOS** e no **ENVELOPE Nº 02 a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, sendo que ambos os envelopes deverão conter, na parte externa, além da sua RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO e TELEFONE, as seguintes informações:

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTAS DE PREÇOS

AO PREGOEIRO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE/RN

PREGÃO PRESENCIAL N.º 013/2019.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE AR-CONDICIONADO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS

DATA: 02/09/2019 - 09h00min

NOME COMPLETO DA LICITANTE:

CNPJ:



ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

AO PREGOEIRO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE/RN

PREGÃO PRESENCIAL N.º 013/2019.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS

DE AR-CONDICIONADO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS

DATA: 02/09/2019 - 09h00min.

NOME COMPLETO DA LICITANTE:

CNPJ:

5.4. Em nenhuma hipótese, serão recebidos envelopes de Proposta de Preços e/ou de Habilitação após o prazo estabelecido para sessão inicial do certame. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes.

6 - DA PROPOSTA

- 6.1. A PROPOSTA DE PREÇO deverá estar contida no ENVELOPE N.º 01 e ser elaborada visando atender as normas deste Edital, conforme modelo do **ANEXO II**.
- 6.2. Deve ser digitalizada ou impressa, em 01 (uma) via, em papel timbrado da proponente licitante, redigida em linguagem clara, no idioma oficial do Brasil, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada pelo representante legal da empresa na última folha e rubricada nas demais, e conter o seguinte:
 - a. Nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual;
 - b. Número do Pregão;
 - c. Descrição clara e completa do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações do Termo de Referência (**ANEXO I**) deste Edital, indicando, inclusive, a marca e modelo do produto cotado;
 - d. Indicação do PERCENTUAL DE DESCONTO sobre o valor das peças de reposição que poderão ser substituídas junto a execução do serviço, sendo admitido apenas duas casas decimais após a vírgula, devendo o desconto estar expresso em algarismos arábicos e por extenso, prevalecendo, na ocorrência de discrepância quanto ao valor, a informação prestada por extenso. O licitante apresentará o valor total da cotação das peças individualmente e ao fim do documento apresentará o percentual de desconto que praticará apresentando um novo valor final da proposta após o desconto.
 - e. No caso da proposta de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** de manutenção preventiva e corretiva o licitante apresentará o preço individual de cada serviço e um valor total ao final.
 - f. Declaração expressa de que nos preços ofertados encontram-se incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, diretas ou indiretas, impostos, taxas e demais encargos relacionados com a prestação dos serviços objeto da presente licitação;



- g. Declaração de validade da proposta por prazo não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da apresentação, excluídos os prazos de recursos administrativos;
- h. Indicação do nome, qualificação, endereço e CPF do seu representante legal que assinará o contrato;
- i. Forma/Data de execução/entrega do objeto no prazo conforme estabelecido no Termo de Referência (ANEXO I) do presente Edital.
- j. Indicar nome do estabelecimento bancário, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o pagamento.
- 6.3. A proponente licitante, após a entrega de sua proposta, poderá retirá-la mediante requerimento escrito ou verbal ao Pregoeiro, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo citado agente.
- 6.4. A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização da entrega dos medicamentos será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.
- 6.5. O preço ofertado é fixo e irreajustável.
- 6.6. Para os licitantes que fizerem lances será considerado o último valor ofertado.
- 6.7. A proposta deverá estar datada e devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

7 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- 7.1. Os documentos exigidos nos subitens a seguir deverão estar contidos no ENVELOPE N.º 02, podendo ser apresentados em cópias, as quais deverão ser autenticadas, à vista do original, por Tabelião, ou pelo Pregoeiro, ou por servidor integrante da Equipe de Apoio do Órgão executor da licitação. As cópias ficarão retidas no processo.
- 7.2. Os documentos emitidos via internet, por órgãos ou entidades públicas e suas cópias dispensam a necessidade de autenticações.
- 7.3. Para habilitação serão exigidos, exclusivamente, os seguintes documentos:

7.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a. Atos constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, em vigor, devidamente registrado na forma da lei, acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor;
- No caso de sociedade por ações e sociedades comerciais, os documentos deverão ser apresentados acompanhados de documentos de eleição de seus administradores; Registro comercial, no caso de empresa individual, perante a Junta Comercial, da sede ou domicílio da Licitante;



- c. No caso de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; e
- d. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 7.3.1.1. Caso um dos documentos acima referidos seja apresentado para fins de credenciamento, aquele documento suprirá a exigência para fins de habilitação da empresa classificada.

7.3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a. Certificado de Registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), expedido pela Receita Federal;
- b. Certidão Negativa de Débito da Receita Federal, Dívida Ativa da União e INSS (CONJUNTAS);
- c. Certificado de Regularidade de Situação CRS, relativo ao FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- d. Certidão Negativa de Débitos Estadual e Dívida Ativa do Estado (CONJUNTAS) do domicílio ou sede do licitante;
- e. Certidão Negativa de Débito Municipal da sede do licitante;
- f. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, da sede da licitante pertinente ao seu ramo de atividade;
- g. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no5.452, de 10 de maio de 1943.
- 7.3.2.1. As certidões mencionadas nas alíneas "a" a "g" poderão ser apresentadas através de certidões obtidas pela internet, ou da forma usual, emitida diretamente pelas mencionadas repartições.
- 7.3.2.2. No tocante as MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE definidas, respectivamente, nos incisos I e II, do Art. 3°, da Lei Complementar n° 123/2006, de 14/12/2006, interessadas em participar desta licitação:
 - a. Deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (Artigo 43, da Lei Complementar 123/2006).
 - b. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério



da administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa (§ 1°, Art. 43, Lei Complementar 123/2006).

c. As MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que não regularizarem a documentação no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação (§2°, art. 43, Lei Complementar 123/2006).

7.3.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão, mediante apresentação de Atestado ou Declarações de capacidade técnica em nome da empresa, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, demonstrando que a PROPONENTE já executou serviços similares ou equivalentes, na forma do disposto no inciso II do caput do Artigo 30 e o seu Parágrafo 1°, da Lei 8.666/93;
- b. Certidão válida de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, comprovando que a empresa possui em seu quadro de responsáveis técnicos, no mínimo, 01 (um) Engenheiro (Mecânico ou Elétrico), que será o responsável técnico pelos serviços;
- c. O(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante; ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame;
- d. Certificado ou documento equivalente de inscrição e regularidade junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura CREA do profissional responsável técnico (Pessoa Física).
- e. Certificado ou de documento equivalente de inscrição e regularidade junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA da empresa (Pessoa Jurídica).
- f. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual.
- g. Declaração que aceita e teve conhecimento a todas informações dos serviços manutenção/revisão/instalações e que se compromete a não cobrar custos adicionais.



7.3.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - a. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade; ou apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento.
- c. A comprovação exigida no item anterior deverá ser feita da seguinte forma:
 - a. No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado/ Distrito Federal ou, se houver, do Município da sede da empresa;
 - b. No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial e, no caso de sociedades simples (cooperativas), no cartório competente.
- d. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade:

LG= Liquidez Geral – superior a 1 SG= Solvência Geral – superior a 1 LC= Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,

LG= (AC+RLP) / (PC+PNC) SG= AT / (PC+PNC)

LC= AC / PC

Onde: AC = Ativo Circulante; RLP = Realizável a Longo Prazo; PC = Passivo Circulante; PNC = Passivo não Circulante; e, AT = Ativo Total.

a. A empresa que apresentar resultado igual ou menor do que 01 (um) em quaisquer dos índices acima referidos deverá comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento)



do valor estimativo do contrato a ser celebrado pelo licitante, como dado objetivo de qualificação econômico-financeira.

b. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

7.3.5. OUTRAS CERTIDÕES E/OU DECLARAÇÕES:

- a. Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº 9.854/99) (ANEXO IX);
- b. Declaração de Idoneidade, emitida pela Secretaria Municipal de Administração do município de Maxaranguape.

8 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- 8.1. No dia, hora e local designados no preâmbulo deste edital, na presença dos representantes de todas as licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro, que dirigirá a sessão, após a abertura da mesma, receberá, em envelopes devidamente fechados, conforme condições descritas no presente Edital, contendo a Proposta de Preços e os documentos de Habilitação.
- 8.2. Após o recebimento de todos os envelopes das licitantes presentes no local da sessão, o Pregoeiro anunciará o encerramento da fase de recebimento dos envelopes e dará início ao credenciamento. A seguir será realizada a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços.
- 8.3. Serão abertos, primeiramente, os envelopes contendo as Propostas de Preços, sendo as mesmas conferidas e rubricadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.
- 8.4. Após a entrega dos envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 8.5. Para efeito de ordenamento dos trabalhos, o julgamento será dividido em duas etapas e obedecerá aos critérios definidos nos itens seguintes deste Edital:
- I A Etapa de Classificação de Preços, que compreenderá a ordenação das propostas de todas as licitantes, classificação das propostas passíveis de ofertas de lances verbais, oferta de lances verbais das licitantes proclamadas para tal, classificação final das propostas e exame da aceitabilidade da proposta da primeira classificada, quanto ao objeto e valor;
- II A Etapa de Habilitação, Declaração da Licitante Vencedora e Adjudicação, que compreenderá a verificação e análise dos documentos apresentados no envelope "documentos de habilitação" da licitante classificada em primeiro lugar, relativamente ao atendimento das



exigências constantes do presente Edital. Esta etapa compreenderá também a declaração da licitante vencedora do certame e a adjudicação.

8.6. Etapa de Classificação de Preços:

- a. Serão abertos os envelopes n.º 01 **PROPOSTA DE PREÇOS** de todas as licitantes.
- b. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
- c. O Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para o fornecimento do objeto da presente licitação e os respectivos valores ofertados, desde que as respectivas propostas estejam em conformidade com as especificações solicitadas. Caso seja necessário, a sessão será interrompida para análise, pela equipe de apoio, dos aspectos técnicos do objeto cotado.
- d. O Pregoeiro fará a ordenação dos valores das propostas, em ordem crescente, de todas as licitantes.
- e. As propostas serão classificadas considerando-se o somatório total dos valores apresentados para fornecimento de peças e serviços e aquelas licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais.
- f. Quando não houver, considerar-se-ão, pelo menos, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, cabendo ao Pregoeiro classificar as melhores propostas para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.
- g. Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos representantes das licitantes classificadas, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos, decrescentes e sempre inferiores ao menor lance.
- h. O Pregoeiro convidará os representantes das licitantes classificadas, a apresentar os lances verbais, individualmente, a partir da proposta escrita classificada com o maior preço, prosseguindo sequencialmente, em ordem decrescente de valor.
- Os lances serão realizados serão no valor total dos dois lotes somados pois será uma única empresa que executará a totalidade do objeto.
- Caso não mais se realize lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas.
- k. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação, no final da etapa competitiva.



- 1. Caso não se realize nenhum lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- m. Caso não se realize nenhum lance verbal e haja empate nas propostas escritas, ordenadas e classificadas, será observado primeiramente o disposto no inciso II, do § 2°, do art. 3°, da Lei Federal nº 8.666/93, e, caso permaneça o empate, será efetuado sorteio, durante a própria sessão pública, na presença dos licitantes interessados.
- n. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- o. Não sendo aceitável o preço da primeira colocada, ao Pregoeiro é facultado abrir negociações bilaterais com a empresa classificada em primeiro lugar objetivando uma proposta que se configure de interesse da Administração.
- p. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado. A apresentação de novas propostas nesta fase do certame não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- q. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE: Sendo aceitável a proposta da primeira licitante classificada e a mesma não se enquadrando como MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, o Pregoeiro, em cumprimento aos artigos 44 e 45, da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, observará as seguintes condições a seguir:
 - a. Nesta licitação, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
 - b. Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;
 - c. Ocorrendo o empate, a MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE mais bem classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada primeira classificada na fase de lances, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
 - d. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que se encontrem no intervalo de 5% (cinco por cento), superiores a proposta mais bem classificada, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
 - e. A MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE mais bem classificada, nas condições do Inciso II, será convocada para apresentar uma



última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, para o desempate, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Pregoeiro, sob pena de preclusão;

- f. Não ocorrendo à contratação da MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE na forma do Inciso anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do Inciso II na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- g. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no disposto do Inciso acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- r. O disposto na alínea "n" somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;
- s. Definida a classificação final das propostas, em ordem crescente de preços, e sendo aceitável a oferta da licitante primeira classificada, serão verificadas suas condições de habilitação. Para tanto, caso não seja possível durante a sessão pública inerente aos lances, o Pregoeiro convocará todos os licitantes através do Diário Oficial da FEMURN, para em sessão pública, verificar a habilitação da licitante vencedora, conforme disposições contidas no presente Edital.

8.7. Etapa de Habilitação, Declaração da Licitante Vencedora e Adjudicação:

- a. Efetuados os procedimentos previstos no subitem 8.6 deste Edital e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro anunciará a abertura do envelope referente ao Envelope n.º 02 (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) desta licitante, conforme critérios estabelecidos no presente Edital e na legislação aplicável.
- b. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.
- c. Se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, dentre aquelas classificadas para lances verbais, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame, pelo Pregoeiro.
- d. Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará as licitantes credenciadas, as propostas escritas e as propostas verbais finais apresentadas, a ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e pelo(s) representante(s) credenciado(s) da(s) licitante(s) ainda presente(s) à sessão.



- e. Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja assinado o contrato pela vencedora. Após esse fato, ficarão por 30 (trinta) dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo esse prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.
- f. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital e não havendo interposição de recurso, o pregoeiro declarará a empresa como vencedora, adjudicando-lhe o objeto do certame.
- g. Declarado o vencedor e em decorrência do seu novo preço, caso não tenha sido registrado na respectiva Ata, a licitante vencedora fica obrigada a adequar a proposta de preços, apresentando no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, uma nova proposta escrita com o novo valor POR ITEM distribuídos nos preços unitários tanto para os serviços quanto para as peças, mantendo as mesmas condições exigidas no Edital, sob pena de desclassificação da proposta e, submeter-se as sanções previstas no art. 7°, da Lei Federal nº 10.520/02.
- h. Outras decisões envolvendo principalmente negociações serão tomadas a partir de reuniões entre Pregoeiro, Equipe de Apoio e Licitante, as quais serão objeto de registro em ata.
- i. Não será considerada qualquer oferta de vantagem, não prevista no objeto deste Edital.

9 – DOS RECURSOS:

- 9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentação das razões do recurso, ficando a(s) demais licitante(s) desde logo, intimada(s) para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.
- 9.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e consequente adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 9.3. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.
- 9.4. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.5. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação a licitante vencedora e a homologação do processo licitatório.
- 9.6. O processo permanecerá com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitações do município, localizado no endereço supra, no horário das 08h00minh às 13h00minh (Horário de Maxaranguape/RN), de segunda a sexta-feira.



10. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 10.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, serão aceitos pedidos de esclarecimentos exclusivamente por meio eletrônico no endereço licitacao@maxaranguape.rn.gov.br. As respostas serão realizadas também por este canal.
- 10.3 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão.
- 10.4 Caberá ao(à) Pregoeiro(a) decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.
- 10.5 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

- 11.1. A licitante vencedora obriga-se prestar os serviços ora licitados conforme Termo de Referência e Minuta de Contrato e demais anexos deste Edital.
- 11.2. A empresa vencedora obrigar-se-á a manter até a data do pagamento, as condições de habilitação apresentadas na licitação.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente certame, serão custeadas nas seguintes rubricas:

UNIDADE: 0202 Secretaria Municipal de Logística, Gestão Integrada e Materiais 04.122.0003.2.006 Manutenção da Sec. Mun. de Logística, G. Integrada e materiais ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00 – Outros serv. de terc. pessoa jurídica FONTE DE DESPESA: 10010000 Recurso Ordinário

UNIDADE: 0203 Secretaria Municipal de Finanças, Orçamento e Planejamento 04.123.0003.2.013 Manutenção da Sec. Mun. de Finanças, Orç. e Planejamento ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 – Material de Consumo FONTE DE DESPESA: 10010000 Recurso Ordinário

UNIDADE: 0204 Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação 11.333.0025.2.029 Promoção de empreendedorismo individual e/ou coletivo visando a inserção no mercado de trabalho

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00 – Outros serv. de terc. pessoa jurídica

FONTE DE DESPESA: 10010000 Recurso Ordinário

FONTE DE DESPESA: 13110000 Transferência de Recurso do FNAS

UNIDADE: 0204 Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação 08.244.0024.2.025 Blocos de Proteção Social Básica ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00 – Outros ser. de terc. pessoa jurídica



FONTE DE DESPESA: 10010000 Recurso Ordinário

FONTE DE DESPESA: 13110000 Transferência de Recurso do FNAS

UNIDADE: 0204 Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

08.244.0003.2.028 Índice de Gestão Descentralizada - IGDBF

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 - Material de Consumo

FONTE DE DESPESA: 13110000 Transferência de Recurso do FNAS

UNIDADE: 0204 Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

08.244.0011.2.021 Construção, Reforma e Ampliação de Equipamento Público para execução

da Proteção social básica

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 – Material de Consumo

FONTE DE DESPESA: 10010000 Recurso Ordinário

UNIDADE: 0205 Secretaria Municipal de Saúde

10.301.0003.2.052 Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00 – Outros serv. de terc. pessoa jurídica

FONTE DE DESPESA: 12900000 Outros Recursos Vinculados à Saúde

UNIDADE: 0205 Secretaria Municipal de Saúde

10.301.0003.2.039 Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 - Material de Consumo

FONTE DE DESPESA: 12110000 Receita de Impostos e Transferências - Saúde

UNIDADE: 0205 Secretaria Municipal de Saúde

10.302.0003.2.045 Fundo Municipal de Saúde

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 – Material de Consumo

FONTE DE DESPESA: 10010000 Recurso Ordinário

UNIDADE: 0206 Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana 15.451.0003.2.072 Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00 — Outros serv. de terc. pessoa jurídica

FONTE DE DESPESA: 10010000 Recurso Ordinário

UNIDADE: 0206 Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana

15.451.0003.2.072 Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 - Material de Consumo

FONTE DE DESPESA: 10010000 Recurso Ordinário

UNIDADE: 0207 Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura

12.367.0012.2.115 Manutenção do Ensino Especial

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00 – Outros serv. de terc. pessoa jurídica

FONTE DE DESPESA: 10010000 Recurso Ordinário

UNIDADE: 0207 Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura

12.361.0003.2.091 Manutenção da Secretaria Mun. de Educação, Esporte e Cultura

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00 – Outros serv. de terc. pessoa jurídica

FONTE DE DESPESA: 11110000 Receita de Imposto e Transferências - Educação



UNIDADE: 0207 Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura

12.361.0003.2.096 Manutenção do Ensino - QSE

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00 – Outros serv. de terc. pessoa jurídica

FONTE DE DESPESA: 11200000 Transferência do Salário-educação

UNIDADE: 0207 Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura

12.361.0003.2.096 Manutenção do Ensino - QSE

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 - Material de Consumo

FONTE DE DESPESA: 11200000 Receita de Imposto e Transferências - Educação

13. CONTRATO

- 13.1. Após homologado o Pregão, a licitante vencedora será convocada para firmar o Contrato, o que deverá ser feito no prazo de 7 (sete) dias úteis a contar da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 13.2. O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura de Maxaranguape/RN.
- 13.3. Quando a licitante convocada não assinar o Contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocado outra licitante para assinar o Contrato, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.
- 13.4. Por ocasião da assinatura do Contrato, a empresa deverá apresentar todas a certidões negativas apresentadas na habilitação.
- 13.5. O prazo de vigência do Contrato será de 12 meses a contar da data de sua assinatura, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento e poderá ser renovado nos termos da legislação vigente.
- 13.6. O presente Edital e a proposta da licitante vencedora integrarão ao Contrato independentemente de transcrição.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 14.1 Os pagamentos à CONTRATADA serão efetuados, em até 30 (trinta) dias, após o ateste dado pelo fiscal de contratos da CONTRATANTE na respectiva Nota Fiscal/Fatura, referentes a eventuais serviços prestados.
- 14.2 A CONTRATADA deverá enviar a Prefeitura Municipal de Maxaranguape, as Notas Fiscais/Faturas, emitidas no mês subsequente à prestação de serviço, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, juntamente todas as certidões negativas.
- 14.3. Em caso de atraso, por parte da CONTRATADA, na entrega das Notas Fiscais/Faturas com o respectivo demonstrativo de cálculo, ficará preservado o prazo do CONTRATANTE



para proceder ao pagamento respectivo no seu prazo, por período igual ao desse atraso, sem que caiba qualquer penalização pecuniária ou acréscimo.

- 14.4. As Notas Fiscais, em função das diferentes retenções de impostos e para uma melhor fiscalização, por parte da CONTRATANTE, deverão ser emitidas conforme cada item contratado, ou seja, deverão ser desmembradas em Nota Fiscal de Serviços Trimestrais, Semestrais, Anuais e Nota Fiscal de fornecimento de peças e/ou lubrificantes. Ressaltamos que o recolhimento do ISS, no caso de empresa optante pelo SIMPLES, deverá acontecer no município de Maxaranguape.
- 14.5. Os pagamentos a serem feitos, corresponderão ao valor dos serviços efetivamente prestados, com material e mão-de-obra incluídos, devidamente discriminados nas respectivas Notas Fiscais/Faturas apresentadas pela CONTRATADA.
- 14.6. Não serão aceitas pela CONTRATANTE, Notas Fiscais/Faturas com data anterior ao envio de toda documentação prevista para fiscalização mensal dos serviços.
- 14.7. Não serão aceitos quaisquer reajustamentos, realinhamentos, revisões, etc dos preços e percentuais contratados, inclusive visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, exceto nos casos expressamente admitidos na Lei nº. 8.666/93, ou qualquer outra norma pertinente e aplicável que vier a ser editada pelo Governo Federal.
- 14.8. Incumbirá à CONTRATADA a obrigação de apresentar, juntamente com as Notas Fiscais/Faturas, o cálculo minucioso e demonstração analítica das Notas Fiscais/Faturas, submetendo-os à aprovação da CONTRATANTE.
- 14.9. A CONTRATANTE poderá, na Nota Fiscal/Fatura respectiva, efetuar desconto proporcional à inexecução parcial dos serviços, na forma prescrita pelo presente Termo de Referência, independentemente das outras penalidades aplicáveis.
- 14.10. Após o devido processamento, havendo a CONTRATADA apresentado os documentos exigidos os pagamentos serão creditados em nome da CONTRATADA, na conta bancária indicada.
- 14.11. A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer Nota Fiscal/Fatura, no todo ou em parte, nos seguintes casos:
 - a. serviços executados fora dos padrões éticos e de qualidade atribuíveis à espécie, conforme as especificações técnicas exigidas;
 - b. existência de qualquer débito para com este órgão.
- 14.12. Do valor das Notas Fiscais/Faturas apresentadas para pagamento serão deduzidos e /ou compensados, de pleno direito, pela CONTRATANTE:
 - a. impostos, contribuições, tributos em geral e demais valores referentes à retenção obrigatória;



- valores referentes a multas e quaisquer outras penalidades pecuniárias cuja aplicação tenha transitado em julgado na esfera administrativa, desde que não haja suspensão determinado em juízo;
- c. valores referentes a indenizações ou despesas de qualquer natureza impostas por autoridade competente, em decorrência de descumprimento, pela CONTRATADA, de leis, regulamentos aplicáveis, sentenças judiciais, decisões administrativas etc;
- d. pagamentos anteriores indevidamente feitos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA.

15. REAJUSTE DOS PREÇOS

- 15.1. Os preços dos serviços objeto deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Geral de Preços do Mercado IGPM, mantido pela Fundação Getúlio Vargas FGV, acumulado em 12 (doze) meses.
- 15.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.
- 15.3. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

16. PENALIDADES

- 16.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste Contrato, erros ou atrasos na prestação dos serviços e ainda, quaisquer outras irregularidades, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 16.1.1 Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atraso na prestação dos serviços e ainda, quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes sanções:
 - a. Advertência;
 - b. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor da Nota Fiscal, por dia em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste pacto, até o máximo de 30 (trinta) dias;
 - c. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).
 - d. Impedimento de licitar e de contratar com a União pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme fixação da autoridade, em função da natureza e da gravidade da falta cometida.
- 16.2. Conforme determina o art. 28 do Decreto nº. 5.450/2005, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar



de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

- a. Estará sujeita à multa a licitante vencedora que deixar de cumprir nos prazos e condições estipulados, a obrigação assumida, salvo motivo de força maior ou outro devidamente justificado e aceito pela Administração.
- b. O valor correspondente à multa poderá ser abatido dos pagamentos que a licitante vencedora tenha a receber da Administração.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 17.2 Esta licitação poderá ser revogada por interesse da PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que a licitante tenha direito a qualquer indenização.
- 17.3. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da Proposta de Preços.
- 17.4. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da Proposta de Preços.
- 17.5 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 17.6 Após apresentação da Proposta de Preços não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 17.7 A contratada fica obrigada a aceitar os acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor ofertado, mantidas as mesmas condições contratuais.
- 17.8. Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes do presente Edital, o lance é considerado Proposta de Preços.
- 17.9. Integram este Edital os seguintes Anexos:



Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Proposta de Preços

Anexo III – Minuta de Contrato

Anexo IV – Declaração de Renúncia à Vistoria

Anexo V – Modelo de Carta de Credenciamento

Anexo VI – Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte

Anexo VII – Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação

Anexo VIII - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo da Habilitação

Anexo IX – Modelo de Declaração referente ao Trabalho de Menor

Anexo X – Declaração de elaboração independente de proposta

Anexo XI – Modelo de Ata de Registro de Preços

- 17.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normal.
- 17.11. O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará afastamento da licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública do Pregão.
- 17.12. O Foro para solucionar os litígios decorrentes deste Edital será o da Comarca da cidade de Extremoz/RN.

Maxaranguape, 19 de agosto de 2019.

RIVAILTON MARIA SANTANA DA PASCHOA Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

1.1. A Prefeitura Municipal de Maxaranguape, pretende contratar, com base na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993, e suas alterações, e nas demais normas legais e regulamentares, empresa especializada para a prestação de serviço continuado



de manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado, com a inclusão dos materiais, peças e equipamentos necessários para a manutenção dos condicionadores de ar pertencentes ao patrimônio da Prefeitura.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Considerando que a Prefeitura Municipal de Maxaranguape não dispõe em seu quadro de pessoal, servidores para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionado, e visando o perfeito funcionamento destes aparelhos melhorando sua eficiência e longevidade, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para prestação dos respectivos serviços com o objetivo de proporcionar boas condições de trabalho e atendimento qualificado à comunidade interna e externa, bem como zelar pelos seus bens patrimoniais.

3. DO OBJETO

- 3.1 O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar-condicionado, incluindo substituição de peças, limpezas e consertos em tubulações, canos internos e externos de drenagem, acessórios e componentes elétricos e eletrônicos, pertencentes ao patrimônio da Prefeitura de Maxaranguape, pelo período de 12 meses prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos conforme orientação da Lei 8666/93.
- 3.2. Os serviços deverão ser prestados dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com fornecimento de materiais e a utilização de equipamentos necessários e adequados à manutenção, e, ainda, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação aplicável.
- 3.3 Quadro de relação total dos serviços pretendidos:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QTE.
1	RETIRADA DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 A 18.000 BTUS	SERVIÇO	20
2	RETIRADA DE AR CONDICIONADO SPLT DE 22.000 A 30.000 BTUS	SERVIÇO	10
3	RETIRADA DE AR CONDICIONADO PISO TETO DE 36.000 A 48.000 BTUS	SERVIÇO	10
4	RETIRADA DE AR CONDICIONADO PISO TETO DE 60.000 BTUS	SERVIÇO	10
5	REINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 A 18.000 BTUS	SERVIÇO	10
6	REINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 22.000 A 30.000 BTUS	SERVIÇO	10
7	REINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO PISO TETO DE 36.000 A 48.000	SERVIÇO	8
	BTUS		
8	REINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO PISO TETO 60.000 BTUS	SERVIÇO	6
9	CARGA DE GÁS EM AR CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 A 18.000 BTUS	SERVIÇO	120
10	CARGA DE GÁS EM AR CONDICIONADO SPLIT DE 22.000 A 30.000 BTUS	SERVIÇO	50
11	CARGA DE GÁS EM AR CONDICIONADO PISO TETO DE 36.000 A 48.000	SERVIÇO	25
	BTUS		
12	CARGA DE GÁS EM AR CONDICIONADO PISO TETO 60.000 BTUS	SERVIÇO	20
13	MANUTENÇAO PREVENTIVA DE AR CONDICIONADO SPLIT 9.000 A	SERVIÇO	120
	18.000 BTUS MENSAL		
14	MANUTENÇAO PREVENTIVA DE AR CONDICIONADO SPLIT 22.000 A	SERVIÇO	80
	36.000 BTUS MENSAL		



15	MANUTENÇAO PREVENTIVA DE AR CONDICIONADO PISO TETO 36.000	SERVIÇO	15
	A 60.000 BTUS MENSAL		
16	MANUTENÇAO PREVENTIVA DE AR CONDICIONADO PISO TETO 60.000	SERVIÇO	15
	BTUS MENSAL		
17	MANUTENÇAO CORRETIVA EM SPLIT	SERVIÇO	110
18	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM PISO TETO	SERVIÇO	20

- 3.4 Valor médio previsto para as prestações de serviços: **R\$ 236.065,67 (Duzentos e trinta e seis mil, sessenta e cinco reais e sessenta e sete centavos).**
- 3.5 Quadro de relação total da previsão do uso de peças:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QTE.
1	TUBULAÇÃO DE COBRE PARA AR CONDICIONADO DE 60.000 BTUS ATÉ	PEÇAS	10
	3 METROS	,	
2	PLACA DE COMANDO DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 A 18.000	PEÇAS	30
	BTUS	-	
3	TUBULAÇÃO DE COBRE PARA AR CONDICIONADO DE 9.000 A 18.000	PEÇAS	20
	BTUS ATÉ 3 METROS	-	
4	TUBULAÇÃO DE COBRE PARA AR CONDICIONADO DE 22.000 A 30.000	PEÇAS	20
	BTUS ATÉ 3 METROS		
5	TUBULAÇÃO DE COBRE PARA AR CONDICIONADO	PEÇAS	20
	DE 36.000 A 60.000 BTUS ATÉ 3 METROS		
6	PLACA DE COMANDO DE AR CONDICIONADO PISO TETO	PEÇAS	30
7	COMPRESSOR PARA SPLIT DE 9.000 BTUS	PEÇAS	10
8	COMPRESSOR PARA SPLIT DE 12.000 BTUS	PEÇAS	10
9	COMPRESSOR PARA SPLIT DE 18.000 BTUS	PEÇAS	10
10	COMPRESSOR PARA SPLIT DE 22.000 BTUS	PEÇAS	10
11	COMPRESSOR PISO TETO DE 36.000 A 60.000 BTUS	PEÇAS	8
12	REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 9.000 A 12.000 BTUS	PEÇAS	20
	UNIDADE EXTERNA		
13	REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 9.000 A 12.000 BTUS	PEÇAS	20
	UNIDADE INTERNA		
14	REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 18.000 BTUS	PEÇAS	25
	UNIDADE EXTERNA		
15	REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 18.000 BTUS	PEÇAS	25
	UNIDADE INTERNA		
16	REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 22.000 A 36.000 BTUS	PEÇAS	20
1.5	UNIDADE EXTERNA	25010	20
17	REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 22.000 A 36.000 BTUS	PEÇAS	20
10	UNIDADE INTERNA	DECAG	12
18	REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 48.000 A 60.000 BTUS	PEÇAS	13
19	UNIDADE INTERNA REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 48.000 A 60.000 BTUS	PEÇAS	13
19	UNIDADE EXTERNA	PEÇAS	13
20	REPOSIÇÃO DE ROLAMENTOS	PEÇAS	60
21	REPOSIÇÃO DE ROLAMENTOS REPOSIÇÃO DE CAPACITORES DE 1 UF A 3,5 UF	PEÇAS	110
22	REPOSIÇÃO DE CAPACITORES DE 1 UF A 5,5 UF REPOSIÇÃO DE CAPACITORES DE 15 UF A 50 UF	PEÇAS	110
23	REPOSIÇÃO DE SENSORES PARA SPLIT	PEÇAS	110
24	REPOSIÇÃO DE SENSORES PARA SELIT REPOSIÇÃO DE SENSORES PARA PISO TETO	PEÇAS	50
25	REPOSIÇÃO DE TURBINA PARA SPLIT DE 9.000 BTUS	PEÇAS	25
26	REPOSIÇÃO DE TURBINA PARA SPLIT DE 9.000 BTUS	PEÇAS	25
27	REPOSIÇÃO DE TURBINA PARA SPLIT DE 12.000 BTUS	PEÇAS	25
28	REPOSIÇÃO DE TURBINA PARA SPLIT DE 18.000 BTUS	PEÇAS	25
29	REPOSIÇÃO DE TURBINA PARA SPLIT DE 22.000 BTUS	PEÇAS	15
27	KLI OSIÇAO DE TUKDINA FAKA SELIT DE 00.000 BTOS	LEÇAS	13



30	CHAVE CONTATORA	PEÇAS	40
31	PRESSOSTATO DE BAIXA	PEÇAS	25
32	PRESSOSTATO DE ALTA	PEÇAS	25
33	BANDEIJA DO DRENO DA EVAPORADORA	PEÇAS	30
34	SENSOR DE DEGELO	PEÇAS	20
35	SUPORTE DO CONDESADOR	PEÇAS	20
36	SERPERTINA DE COBRE DE 9.000 A 12.000 BTUS	PEÇAS	30
37	SERPERTINA DE COBRE DE 18.000 A 36.000 BTUS	PEÇAS	30
38	SERPERTINA DE COBRE DE 48.000 A 60.000 BTUS	PEÇAS	30

3.5. Valor médio previsto para as reposições de peças: **R\$ 292.962,88 (Duzentos e noventa e dois mil, novecentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos).**

4. RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

Os equipamentos de ar-condicionado instalados na Secretarias e demais órgãos vinculados a Prefeitura de Maxaranguape, são os seguintes:

CAPACIDADE (BTUs)	TIPO	QUANTIDADE	MODELO	SETOR
9.000	SPLIT	07	Split	Prefeitura
9.000	SPLIT	10	Split	Educação
9.000	SPLIT	04	Split	Assistência Social
18.000	SPLIT	10	Split	Educação
22.000	SPLIT	05	Split	Saúde
22.000	SPLIT	01	Split	Prefeitura
30.000	SPLIT	04	Split	Saúde
36.000	SPLIT	08	Split	Saúde
60.000	SPLIT	01	Piso/Teto	Saúde

A licitante interessada em obter mais detalhes técnicos acerca das características dos equipamentos listados acima poderá fazê-lo mediante a vistoria.

5. DOCUMENTOS PARA EXECUTAR O SERVIÇO

- 5.1. As licitantes deverão apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual comprove que a licitante executou ou está executando serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.
- 5.2. Comprovação de que a empresa licitante está regularmente registrada no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia CREA, na área com atividades compatíveis com as especificadas no objeto deste edital, devidamente autorizada.

6. MÉTODO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser executados por técnicos especializados com emprego de técnica aperfeiçoada, ferramentas adequadas para o tipo de equipamento, conforme descrição abaixo:



- 6.1. Os serviços de manutenção preventiva, que buscam prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações de ar-condicionado, mantendo-as em perfeito estado de uso, de acordo com projetos, manuais, normas técnicas dos fabricantes e da área de saúde, consistem na execução, pela CONTRATADA, de procedimentos rotineiros e devem ocorrer, pelo menos, 01 (uma) vez a cada três meses.
- 6.2. Os serviços de manutenção preventiva deverão ser realizados nas datas previamente programadas pela FISCALIZAÇÃO;
- 6.3. A CONTRATADA deverá executar a primeira manutenção preventiva no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato;
- 6.4. Os serviços de manutenção corretiva, demandados pela CONTRATANTE tantas vezes que se comprovar serem indispensáveis, tratam da execução dos trabalhos necessários e suficientes para a imediata correção de defeitos e anormalidades nos equipamentos de ar condicionado, a fim de que seja retomada sua utilização de forma segura, eficiente e econômica, devendo ser preferencialmente realizados de segunda a sexta-feira, no horário das 8:00 às 17:00 horas.
- 6.5. No caso de serviços de manutenção corretiva para a solução de anormalidades eventuais, a CONTRATADA deverá, após a comunicação da CONTRATANTE, iniciar os procedimentos corretivos no prazo máximo de até 72 horas.
- 6.6. Caso a CONTRATADA não promova o devido atendimento nos prazos fixados, fica a CONTRATANTE autorizada a contratar os necessários serviços de outra empresa e a cobrar da CONTRATADA os custos respectivos, sem que tal fato o isente da aplicação de sanção contratual ou provoque, para a CONTRATANTE, qualquer perda de garantia dos equipamentos e materiais pertencentes aos equipamentos de ar condicionado.
- 6.7. A requisição de serviços de manutenção corretiva, eventuais ou emergenciais deverá ser formalizada por meio de comunicação escrita (ofício, e-mail, mensagem eletrônica, etc.).
- 6.8. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva executados e os materiais empregados deverão obedecer rigorosamente:
 - a) às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem de produtos;
 - b) às normas, especificações técnicas e rotinas constantes do presente documento;
 - às normas técnicas mais recentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia); em especial a NBR 5.410 – Instalações elétricas de baixa tensão; a NBR 16401-1 – Instalações de ar-condicionado;
 - d) às disposições legais federais, e distritais pertinentes;
 - e) aos regulamentos das empresas concessionárias de energia, água e esgoto;



- f) às normas técnicas específicas, se houver;
- g) às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos por essas;
- h) às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes:

à NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI; à NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; à NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção; à NR-23: Proteção Contra Incêndios:

- i) à Resolução CONFEA nº 425/98 (ART);
- 6.9. Na execução das rotinas dos serviços de manutenção dos equipamentos de ar condicionado, a CONTRATADA deve:
 - a) observar estritamente as recomendações dos fabricantes e as instruções constantes de normas técnicas indicadas para a elevação da vida útil e melhoria do rendimento dos equipamentos;
 - b) zelar pela integridade física das instalações, mediante eliminação de focos de corrosão, instalação de acessórios, apoios e realização de serviços de purga, pintura e revestimentos protetores;
 - c) manter os ambientes climatizados dentro dos padrões normalizados de temperatura, umidade relativa e velocidade do ar.
 - d) manter limpos os componentes dos equipamentos (bandejas, serpentinas, desumidificadores, ventiladores, venezianas, grelhas e difusores) de forma a evitar a difusão ou multiplicação de agentes nocivos à saúde humana e manter a boa qualidade do ar interno;
 - e) utilizar, na limpeza dos componentes dos equipamentos de ar condicionado, produtos biodegradáveis devidamente registrados no Ministério da Saúde para esse fim;
 - f) manter em condições de operação os filtros, promovendo sua substituição, quando necessário;
 - g) remover as partículas sólidas, retiradas dos equipamentos de ar condicionado após a limpeza, e acondicioná-las em recipientes e locais adequados;
 - h) preservar a captação de ar externo livre de possíveis fontes poluentes externas que apresentem riscos à saúde humana;
 - i) garantir a adequada renovação do ar no interior dos ambientes climatizados; e



- 6.10. A CONTRATADA deverá alocar profissionais especializados para o desenvolvimento dos trabalhos. A qualquer tempo, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos serviços.
- 6.11. Todos os serviços concluídos deverão ser testados pela CONTRATADA, sob sua responsabilidade técnica e financeira, na presença da FISCALIZAÇÃO, ficando a aceitação final condicionada à comprovação da efetiva realização das rotinas relativas à manutenção preventiva programada, assim como, na hipótese de manutenção corretiva, ao restabelecimento do uso do sistema de ar-condicionado.
- 6.12. Na execução dos serviços, para as tarefas de limpeza, a CONTRATADA deverá utilizar somente produtos biodegradáveis registrados no Ministério da Saúde, sendo proibida a utilização de substâncias classificadas como carcinogênicas, teratogênicas e mutagênicas, ou que venham causar danos ou corrosões nos equipamentos de ar condicionado.
- 6.13. A CONTRATADA deverá reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução.
- 6.14. Para a prestação dos serviços de manutenção objeto destas especificações, caberá a CONTRATADA fornecer e conservar equipamento e ferramenta necessários, usar mão de obra idônea e obter materiais necessários em quantidade suficiente e de reconhecida qualidade, de forma a assegurar o progresso satisfatório aos serviços e a conclusão destes nos prazos fixados.
- 6.15. A FISCALIZAÇÃO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc.
- 6.16. A CONTRATADA responderá perante a CONTRATANTE e terceiros por atos, falhas ou omissões suas. Todas as questões, reclamações, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de danos causados pela CONTRATADA serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária por parte da CONTRATANTE.
- 6.17. A CONTRATADA cuidará para que os serviços a serem executados acarretem a menor perturbação possível aos serviços públicos, às vias de acesso, e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente a CONTRATANTE. Também providenciará toda e qualquer sinalização e/ou isolamento das áreas de serviço.
- 6.18. A CONTRATADA cuidará para que todas as áreas onde realizarem serviços permaneçam sempre limpas e arrumadas, com os materiais estocados e empilhados em local apropriado, por tipo e qualidade. Providenciará, ainda, a retirada imediata de detritos e sobras de material tão logo conclua as operações relativas ao serviço executado.
- 6.19. A remoção de todo entulho eventualmente produzido pelos serviços de manutenção preventiva e corretiva do ar-condicionado será de responsabilidade da CONTRATADA,



devendo arcar exclusivamente com o correspondente custo sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

- 6.20. Os níveis de segurança e higiene a serem providenciados pela CONTRATADA aos usuários das instalações da CONTRATANTE serão, no mínimo, os determinados pelo Departamento Nacional de Higiene e Segurança do Trabalho, do Ministério do Trabalho.
- 6.21. As normas de segurança constantes destas especificações não desobrigam a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais, federais, municipais e estaduais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações, movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços.
- 6.22. O representante da FISCALIZAÇÃO e toda pessoa autorizada por esta terão livre acesso aos serviços e a todos os locais onde estejam sendo realizados trabalhos, estocados e/ou fabricados materiais e equipamentos referentes ao contrato, ainda que nas dependências da CONTRATADA.
- 6.23. A CONTRATADA interromperá total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que:
 - a) assim estiver previsto e determinado no contrato;
 - b) for necessário para a execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos do contrato e de acordo com o projeto;
 - c) houver influências atmosféricas sobre a qualidade ou a segurança dos trabalhos na forma prevista no contrato;
 - d) houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo da FISCALIZAÇÃO, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes;
 - e) a FISCALIZAÇÃO assim o determinar ou autorizar, por escrito.
- 6.24. No caso em que a CONTRATADA venha, como resultado das suas operações, prejudicar áreas não incluídas no setor de seu trabalho, ele deverá recuperá-las deixando-as em conformidade com o seu estado original.
- 6.25. Quando houver necessidade de movimentar ou modificar equipamentos e elementos existentes na CONTRATANTE, a fim de facilitar a execução de seus serviços, a CONTRATADA deverá solicitar previamente à FISCALIZAÇÃO autorização para tais deslocamentos e modificações.
- 6.26. No caso de deslocamentos todo o custo com o transporte dos equipamentos, serão por conta da CONTRATADA.
- 6.27. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes na execução dos serviços contratados, pelo uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou danificação, até a aceitação pela FISCALIZAÇÃO.
- 6.28. A CONTRATADA deverá submeter-se aos controles de programação ou de supervisão e fiscalização de serviços na forma apresentada pela FISCALIZAÇÃO, tais como os diários de



manutenção, controles de acesso e de presença dos prestadores de serviço e controles de emprego de materiais ou outros.

- 6.29. Nenhuma modificação poderá ser feita nas especificações dos serviços sem autorização expressa da FISCALIZAÇÃO.
- 6.30. Os serviços de manutenção somente serão executados pela CONTRATADA, após aprovação do orçamento prévio e a respectiva autorização formal da CONTRATANTE.
- 6.31. A inobservância das presentes especificações técnicas implicará a aceitação parcial ou recusa total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer a parcela ou objeto integral recusado sem direito à indenização.

7. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE AR CONDICIONADO

Limpar bandeja condensação e dreno e sua operação.

desengraxante e corrosivo.

Verificar a vedação dos painéis de fechamento do gabinete.

Verificar a tensão das correias, para evitar o escorregamento nas polias.

Limpar o gabinete do condicionador e ventiladores (carcaça e rotor). Verificar o funcionamento da resistência de aquecimento do cárter.

- 7.1. A MANUTENÇÃO PREVENTIVA das instalações tem por objetivo antecipar-se, por meio de ensaios e rotinas, ao aparecimento de defeitos causados pelo uso normal e rotineiro dos equipamentos e instalações ou desuso.
- 7.2. Segue abaixo a especificação das rotinas periódicas relativas à MANUTENÇÃO PREVENTIVA que deverão ser realizadas pela CONTRATADA, TRIMESTRALMENTE:

Especificações	
Verificar ruídos e vibrações anormais	
Limpeza de evaporador.	
Limpeza de filtro de ar.	
Medir o diferencial de pressão.	
Verificar e eliminar frestas dos filtros.	
impar/lavar (quando recuperável) ou substituir (quando descartável) o elemento	
iltrante.	
Verificar grades de ventilação/exaustão	
Verificar chave seletora.	
Verificar atuação do termostato.	
Verificar válvula reversora.	
Medir e registrar tensão elétrica na alimentação, do compressor e motores.	
Medir e registrar corrente elétrica ventilador/compressor.	
Medir e registrar temperatura ar insuflamento, retorno e ambiente.	
Efetuar reaperto dos terminais, parafusos e molas.	
Verificar estado de fiação, terminais e contatos elétricos.	

Lavar as serpentinas e bandejas com remoção do biofilme (lodo) sem o uso de produto



Verificar filtro e secador.

Verificar carga de gás refrigerante e vazamentos.

Verificar nível de óleo do compressor.

Verificar a operação da válvula de expansão.

Verificar e calibrar os dispositivos de segurança (pressostatos de alta/baixa e óleo).

Verificar e calibrar os dispositivos de segurança, relés térmicos e fusíveis.

Verificar a calibragem e regulagem do termostato de controle de temperatura do ambiente.

Eliminar danos e sujeiras e corrosão no gabinete, na moldura da serpentina e na bandeja.

Verificar e eliminar sujeiras, danos e corrosão.

7.3. Deverá fazer manutenção SEMESTRALMENTE:

Especificação

Verificar a operação dos controles de vazão.

Verificar resistência de isolamento dos motores e compressores.

7.4. Deverá fazer manutenção ANUALMENTE:

Especificação

Limpeza de condensador.

Verificar protetor térmico compressor.

Verificar estado de conservação do isolamento termo-acústico do gabinete.

7.5. Para cada serviço preventivo identificado na relação do item 7, fica também estabelecido que a CONTRATADA tem a obrigação de executar, se aprovado e disponível o material de reposição, o correspondente serviço de MANUTENÇÃO CORRETIVA (substituição de partes e peças, recomposição, reparo, conserto, etc.).

8. DOS MATERIAIS, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE MANUTENÇÃO DO AR CONDICIONADO

- 8.1. A CONTRATADA fornecerá os equipamentos, ferramentas, aparelhos de medições e testes, bem como seu transporte e tudo o mais que for necessário para disponibilizá-los, a fim de assegurar a prestação dos serviços de manutenção ora licitados, devendo, obrigatoriamente, a CONTRATADA incluir no preço do serviço os correspondentes custos.
- 8.2. A estocagem de equipamento e material da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE será permitida somente pelo tempo que durar o serviço executado. Tão logo este seja concluído, a CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas, a retirada dos remanescentes.
- 8.3. Os equipamentos que a CONTRATADA levar para o local do serviço, ou as instalações por ela executadas e destinadas ao desenvolvimento de seus trabalhos, só poderão ser retirados com autorização formal da FISCALIZAÇÃO.
- 8.4. As vias de acesso internas e externas não poderão ser bloqueadas por equipamentos, materiais, instalações ou assemelhados da CONTRATADA de forma a não prejudicar o



desenvolvimento dos serviços de outros contratados que por acaso possam estar trabalhando concomitantemente.

- 8.5. Se a CONTRATADA necessitar deslocar à CONTRATANTE qualquer equipamento, completo ou em partes, que possa acarretar danos nas vias públicas e/ou pontes, deverá comunicar o fato à FISCALIZAÇÃO, informando-a também das providências que pretende adotar para a proteção e o eventual reforço das obras viárias existentes, ficando a CONTRATADA responsável pela efetivação de todas as providências necessárias junto a órgãos públicos federais, estaduais e municipais, a entidades privadas e a pessoas físicas envolvidas.
- 8.6. Todo o transporte vertical e horizontal de equipamentos e materiais ficará a cargo da CONTRATADA.
- 8.7. Representa ônus da CONTRATADA a disponibilização, livre de qualquer pagamento adicional, de todo MATERIAL DE CONSUMO E LIMPEZA destinado a viabilizar os trabalhos dos profissionais envolvidos na execução do objeto contratual, bem como imprescindíveis à execução dos serviços de manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado, tais como álcool, água destilada, óleos lubrificantes, detergentes, sabões, vaselina, estopas, panos, esponja de aço em lã, utensílios e produtos químicos de limpeza, graxas e desengraxantes, desencrustantes, produtos anti-ferrugem, WD40, solventes, materiais de escritório, fitas isolantes, fitas teflon veda rosca, colas e adesivos para tubos de PVC, epóxi, colas do tipo Araldite e Super Bonder, Durepoxi, pilhas para lanterna e buchas de nylon, lixas, escovas de aço e nylon, massa de vedação, material de soldagem, brocas, oxigênios, nitrogênio, acetileno e outros similares. Desse modo, a CONTRATADA deverá incluir no preço dos serviços os correspondentes custos dos materiais que pretende utilizar.
- 8.8. A CONTRATADA, durante a execução contratual, também deverá fornecer, sem fazer jus a pagamento adicional, os seguintes MATERIAIS DE REPOSIÇÃO: fusíveis, relés de proteção, parafusos, rolamentos, terminais elétricos, filtros e pilhas. Desse modo, a CONTRATADA deverá considerar, na sua proposta de preço, os correspondentes custos.
- 8.9. MATERIAL DE REPOSIÇÃO, no caso das presentes especificações, compreende peças, componentes e materiais para o conserto, recomposição e readequação dos equipamentos e instalações do ar condicionado.
- 8.10. Os custos com a instalação de materiais, inclusive os citados nos itens 8.7 e 8.8, deverão correr por conta da CONTRATADA, não podendo cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição dos preços unitários.
- 8.11. Todos os MATERIAIS DE REPOSIÇÃO a serem empregados nos serviços deverão ser novos, do mesmo fabricante dos originais, e compatíveis com as especificações técnicas, sujeitos ao exame e à aprovação da FISCALIZAÇÃO.
- 8.12. Se julgar necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, do local de origem dos MATERIAIS DE REPOSIÇÃO ou de certificado de ensaios que comprovem a qualidade destes. Os ensaios e as verificações que se fizerem necessários serão providenciados pela CONTRATADA,



representando ônus de sua exclusiva responsabilidade, não sendo, por consequência, objeto de pagamento adicional por parte da CONTRATANTE.

- 8.13. As peças, componentes e materiais substituídos são de propriedade da CONTRATANTE, devendo, por ocasião do término dos respectivos trabalhos, deverão ser:
 - 1. Armazenadas e listadas para conferência todas as peças substituídas e/ou inutilizadas na embalagem da nova peça adquirida, devidamente protegidas de qualquer vazamento de óleo, assim que o serviço for executado, e antes da efetivação do pagamento daquele serviço.
 - **2.** A Prefeitura de Maxaranguape designará servidor para realizar a conferência das peças substituídas e/ou inutilizadas, sendo realizado o ateste na mencionada lista.
 - **3.** Fica a CONTRATADA responsável pelo correto descarte das peças substituídas e/ou inutilizadas, conforme legislação vigente para tal.

9. ORÇAMENTO E APROVAÇÃO

- 9.1. A cada serviço, o CONTRATANTE emitirá uma ordem de serviço, solicitando à CONTRATADA um orçamento que deverá ser, por esta, preparado de forma detalhada, abrangendo nome, código e quantidade de peças a serem executados, bem como prazo para realização dos serviços, tipo e modelo do equipamento e garantia do serviço.
- 9.2. Após o ingresso do equipamento em suas dependências, juntamente com o encaminhamento emitido pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar o respectivo orçamento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
- 9.3. O CONTRATANTE poderá recusar o orçamento, pedir sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se a CONTRATADA a executar ou fornecer o que for aprovado no todo ou em parte.
- 9.4. Os preços das peças a serem substituídas deverão estar compatíveis com o valor de mercado, os quais serão pesquisados quando da apresentação do orçamento.

10. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO

- 10.1. Será considerada vencedora da licitação a licitante que ofertar o **Menor Preço para os serviços de manutenção e maior percentual de desconto para os serviços de reposição de peças** e atender às especificações técnicas definidas neste Termo de Referência. Esta proposição se justifica considerando que a divisão do objeto poderá prejudicar a execução dos serviços.
- 10.2. As propostas serão classificadas em ordem crescente.
- 10.3. Em caso de empate no preço ofertado entre duas ou mais propostas a classificação será conforme preconiza o art. 3°, § 2°, e o art. 45, § 2°, da Lei n.° 8.666/93.



11. FORMA DE PAGAMENTO

- 11.1 Os pagamentos à CONTRATADA serão efetuados, em até 30 (trinta) dias, após o ateste dado pelo fiscal de contratos da CONTRATANTE na respectiva Nota Fiscal/Fatura, referentes a eventuais serviços prestados.
- 11.2 A CONTRATADA deverá enviar a Prefeitura Municipal de Maxaranguape, as Notas Fiscais/Faturas, emitidas no mês subsequente à prestação de serviço, até o dia 10 (dez), e encaminhadas via correio para o endereço da CONTRATANTE, juntamente com os documentos exigidos, com o fim de possibilitar o cumprimento do prazo de pagamento pelo CONTRATANTE.
- 11.3 Em caso de atraso, por parte da CONTRATADA, na entrega das Notas Fiscais/Faturas com o respectivo demonstrativo de cálculo, ficará preservado o prazo do CONTRATANTE para proceder ao pagamento respectivo no seu prazo, por período igual ao desse atraso, sem que caiba qualquer penalização pecuniária, acréscimo o.
- 11.4. As Notas Fiscais, em função das diferentes retenções de impostos e para uma melhor fiscalização, por parte da CONTRATANTE, deverão ser emitidas conforme cada item contratado, ou seja, deverão ser desmembradas em Nota Fiscal de Serviços Trimestrais, Semestrais, Anuais e Nota Fiscal de fornecimento de peças e/ou lubrificantes.
- 11.5. Os pagamentos a serem feitos pela Prefeitura Municipal de Maxaranguape durante a vigência do Contrato, corresponderão ao valor dos serviços efetivamente prestados, com material e mão-de-obra incluídos, devidamente discriminados nas respectivas Notas Fiscais/Faturas apresentadas pela CONTRATADA.
- 11.6. Não serão aceitas pela CONTRATANTE, Notas Fiscais/Faturas com data anterior ao envio de toda documentação prevista para fiscalização mensal dos serviços.
- 11.7. Não serão aceitos quaisquer reajustamentos, realinhamentos, revisões, etc dos preços e percentuais contratados, inclusive visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, exceto nos casos expressamente admitidos na Lei nº. 8.666/93, ou qualquer outra norma pertinente e aplicável que vier a ser editada pelo Governo Federal.
- 11.8. Incumbirá à CONTRATADA a obrigação de apresentar, juntamente com as Notas Fiscais/Faturas, o cálculo minucioso e demonstração analítica das Notas Fiscais/Faturas, submetendo-os à aprovação da Prefeitura de Maxaranguape.
- 11.9. A Prefeitura Municipal de Maxaranguape, na Nota Fiscal/Fatura respectiva, efetuar desconto proporcional à inexecução parcial dos serviços, na forma prescrita pelo presente Termo de Referência, independentemente das outras penalidades aplicáveis.
- 11.10. Após o devido processamento, havendo a CONTRATADA apresentado os documentos exigidos os pagamentos serão creditados em nome da CONTRATADA, na conta bancária indicada.



- 11.11. A Prefeitura de Maxaranguape poderá sustar o pagamento de qualquer Nota Fiscal/Fatura, no todo ou em parte, nos seguintes casos:
 - a) serviços executados fora dos padrões éticos e de qualidade atribuíveis à espécie, conforme as especificações técnicas exigidas;
 - b) existência de qualquer débito para com este órgão.
- 11.12. Do valor das Notas Fiscais/Faturas apresentadas para pagamento serão deduzidos e /ou compensados, de pleno direito, pela Prefeitura:
 - a) impostos, contribuições, tributos em geral e demais valores referentes à retenção obrigatória;
 - valores referentes a multas e quaisquer outras penalidades pecuniárias cuja aplicação tenha transitado em julgado na esfera administrativa, desde que não haja suspensão determinado em juízo;
 - valores referentes a indenizações ou despesas de qualquer natureza impostas por autoridade competente, em decorrência de descumprimento, pela CONTRATADA, de leis, regulamentos aplicáveis, sentenças judiciais, decisões administrativas etc;
 - d) pagamentos anteriores indevidamente feitos pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

12. PRAZOS DE GARANTIA DOS SERVIÇOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO

O prazo de garantia de serviços, peças e acessórios aplicados, deverá ser de no mínimo de 03 (três) meses, contado da data do recebimento do equipamento pelo CONTRATANTE, devidamente consertado.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Prestar os serviços com diligência e perfeição, cumprindo rigorosamente o objeto desta contratação, as normas e as legislações pertinentes atendendo de forma plena e satisfatória as necessidades dos serviços;
- 13.2. Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas tais como: salários, transporte, alimentação, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados ou a terceiros, decorrentes do desempenho dos serviços objeto do Contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício ou de qualquer natureza, com os mesmos;
- 13.3. Responder pelos danos causados diretamente à Administração do CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo CONTRATANTE;



- 13.4. Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente ao objeto licitado e outros bens de propriedade do CONTRATANTE, quando estes tenham sido ocasionados por empregados credenciados para a entrega do objeto;
- 13.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto entregue, se este apresentar vícios, defeitos, incorreções ou fora das especificações, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis após a constatação;
- 13.6. Assumir a responsabilidade pelos encargos sociais, fiscais e comerciais resultantes da adjudicação, bem como por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento dos equipamentos ou em contato com eles, ainda que acontecido nas dependências do CONTRATANTE;
- 13.7. Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Edital;
- 13.8. Manter a disciplina nos locais dos serviços, retirando, imediatamente, após a notificação do CONTRATANTE, qualquer empregado cuja conduta for considerada inconveniente;
- 13.9. Verificar, antes da execução do serviço, se a CONTRATANTE está oferecendo as condições necessárias para tal.
- 13.10. Comprovar a formação técnica específica da mão de obra empregada;
- 13.11. Garantir que seus empregados compareçam pontualmente nas datas e horários agendados, devidamente uniformizados, portando ordem de serviço e crachá de identificação com foto;
- 13.12 Indicar responsável da empresa, visando os contatos da CONTRATADA com a CONTRATANTE durante a execução dos serviços;
- 13.13. Zelar para que seus empregados observem o uso obrigatório de EPI Equipamento de Proteção Individual, quando for o caso;
- 13.14. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das atribuições de seus empregados;
- 13.15. Atender, de imediato, as solicitações quanto às substituições de mão-de-obra qualificada ou entendida como inadequada para prestação dos serviços;
- 13.16. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga prontamente a atender;
- 13.17. Possuir e manter em condições de uso todo o ferramental e equipamentos necessários para a execução dos serviços conforme a boa técnica e normas vigentes;



- 13.18. Manter durante a vigência do Contrato as mesmas condições para sua contratação, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal;
- 13.19. Fiscalizar o perfeito cumprimento do Contrato decorrente desta licitação, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente, independentemente daquela exercida pela CONTRATANTE;
- 13.20. Arcar com eventuais prejuízos causados a CONTRATANTE, e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos, na execução dos serviços contratados;
- 13.21. Cumprir e fazer cumprir, por seus prepostos ou empregados, as leis, regulamentos e posturas compatíveis, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto do Contrato, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão sua ou de seus prepostos ou empregados.

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 14.1. Receber o objeto da licitação e conferir se o mesmo se encontra dentro das especificações exigidas no Termo de Referência e comunicar à CONTRATADA, todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a entrega do objeto;
- 14.2. Tornar disponível as instalações e permitir o livre acesso dos funcionários da CONTRATADA às dependências da Contratante relacionadas à entrega do objeto licitado, bem como proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir as normas do Contrato:
- 14.3. Recusar, total ou parcialmente, o objeto se não estiver de acordo com as especificações exigidas;
- 14.4. Efetuar o pagamento no prazo estipulado;
- 14.5. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, procedendo ao atesto das respectivas Notas Fiscais/Faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias;
- 14.6. Solicitar a substituição do empregado que não estiver desempenhando suas atividades a contento, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência;
- 14.7. Atestar a prestação dos serviços objeto do Contrato, sempre por escrito, uma vez cumprido o contratado.

15. PRESCRIÇÕES

15.1. Além das especificações acima, deverão ser observadas as prescrições a seguir, todas condicionantes da aceitação da Proposta de Preços e do serviço licitado:



- a) Não serão aceitos serviços em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência.
- b) Todo o serviço deverá ser fornecido por empresa especializada e legalmente estabelecida.
- c) O prazo de validade da proposta não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura das Propostas de Preços.
- d) O prazo para assumir os serviços objeto da presente licitação é de 72 (setenta e duas) horas após a assinatura do respectivo instrumento de Contrato.
- e) Prazo de início da execução do serviço de, no máximo, 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho.

16. CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado da contratação, com base na pesquisa de preços realizada pela Prefeitura Municipal de Maxaranguape é de R\$ 221.009,94 (Duzentos e vinte e um mil, nove reais com noventa e quatro centavos) anuais para serviços e de R\$ 340.522,89 (Trezentos e quarenta mil, quinhentos e vinte e dois reais com noventa e oito centavos) anuais para peças.

17. DAS PENALIDADES

- 17.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atraso na prestação dos serviços e ainda, quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicatária as seguintes sanções:
 - a) Advertência;
 - b) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor da Nota Fiscal, por dia em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste pacto, até o máximo de 30 (trinta) dias;
 - c) Impedimento de licitar e de contratar com a União pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme fixação da autoridade, em função da natureza e da gravidade da falta cometida.
- 17.2. Conforme determina o art. 28 do Decreto nº. 5.450/2005, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Prefeitura, e será descredenciado, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.



- 17.3. Estará sujeita à multa a licitante vencedora que deixar de cumprir nos prazos e condições estipulados, a obrigação assumida, salvo motivo de força maior ou outro devidamente justificado e aceito pela Administração.
- 17.4. O valor correspondente à multa será abatido dos pagamentos que a licitante vencedora tenha a receber da Administração.

18. DA RESCISÃO

- 18.1 A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
- 18.2 No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.
- 18.3 No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

19. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e vinculasse ao Edital e anexos do Pregão Presencial n.º XXX, constante do processo XXXX, bem como à proposta da CONTRATADA.

20. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 20.1. A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representantes da Administração, com atribuições específicas, devidamente designadas pelo Prefeito;
- 20.2. O representante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- 20.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- 20.4. A Fiscalização será exercida no interesse da Administração e não reduz a responsabilidade da empresa Adjudicatária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;
- 20.5. Quaisquer exigências da Fiscalização inerentes ao objeto desta licitação deverão ser prontamente atendidas pela Adjudicatária, sem ônus para a Administração.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS



- 21.1. No valor da proposta deverão estar incluídos, o custo da mão-de-obra, contribuições sociais, impostos, taxas e outras despesas que incidirem sobre a prestação dos serviços, não se admitindo cobrança de qualquer item não previsto neste Termo de Referência;
- 21.2. Os empregados da CONTRATADA não terão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- 21.3. As decisões e/ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal dos serviços deverão ser solicitadas à Administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes e necessárias ao caso;
- 21.4. A CONTRATADA deverá indicar um preposto, para acompanhamento dos serviços prestados.
- 21.5. A realização de vistoria prévia ao local onde serão prestados os serviços é recomendada, porém não obrigatória.

22. LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora licitados serão prestados em todas os prédios e unidades administrativas da prefeitura de Maxaranguape, tendo como limites exclusivamente o município.

Maxaranguape/RN, 14 de agosto de 2018.

PEDRO ENÉAS DO NASCIMENTO NETO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO II MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

A empresa	, inscrita no CNPJ sob o nº
inscrição estadual nº	, estabelecida à, n
, Bairro, na cio	ade de, telefone, faz
, e-mail	vem pela presente, apresentar abaixo
	resencial N.º /2019, de acordo com o abaixo
especificado.	

Nesta oportunidade, para todos os fins e legais efeitos, declaramos que conhecemos os termos do Edital, bem assim o contido na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº . 8.666/93.

SERVIÇOS:

ITEM DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
--------------------	---------	--------	-------------------	----------------



1	RETIRADA DE AR CONDICIONADO	SERVIÇOS	20		
	SPLIT DE 9.000 A 18.000 BTUS	,			
2	RETIRADA DE AR CONDICIONADO	SERVIÇOS	10		
	SPLT DE 22.000 A 30.000 BTUS	arriagea	10		
3	RETIRADA DE AR CONDICIONADO PISO TETO DE 36.000 A 48.000 BTUS	SERVIÇOS	10		
4	RETIRADA DE AR CONDICIONADO	SERVIÇOS	10		
_	PISO TETO DE 60.000 BTUS	SER VIÇOS	10		
5	REINSTALAÇÃO DE AR	SERVIÇOS	10		
	CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 A				
	18.000 BTUS				
6	REINSTALAÇÃO DE AR	SERVIÇOS	10		
	CONDICIONADO SPLIT DE 22.000 A 30.000 BTUS				
7	REINSTALAÇÃO DE AR	SERVIÇOS	8		
	CONDICIONADO PISO TETO DE				
	36.000 A 48.000 BTUS				
8	REINSTALAÇÃO DE AR	SERVIÇOS	6		
	CONDICIONADO PISO TETO 60.000				
9	BTUS CARGA DE GÁS EM AR	SERVIÇOS	120		
	CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 A	SERVIÇOS	120		
	18.000 BTUS				
10	CARGA DE GÁS EM AR	SERVIÇOS	50		
	CONDICIONADO SPLIT DE 22.000 A				
1.1	30.000 BTUS	genyidog	25		
11	CARGA DE GÁS EM AR CONDICIONADO PISO TETO DE	SERVIÇOS	25		
	36.000 A 48.000 BTUS				
12	CARGA DE GÁS EM AR	SERVIÇOS	20		
	CONDICIONADO PISO TETO 60.000				
- 10	BTUS		1.50		
13	MANUTENÇAO PREVENTIVA DE AR CONDICIONADO SPLIT 9.000 A	SERVICOS	120		
	18.000 BTUS MENSAL				
14	MANUTENÇAO PREVENTIVA DE	SERVIÇOS	80		
	AR CONDICIONADO SPLIT 22.000 A	3			
	36.000 BTUS MENSAL				
15	MANUTENÇAO PREVENTIVA DE	SERVIÇOS	15		
	AR CONDICIONADO PISO TETO				
16	36.000 A 60.000 BTUS MENSAL MANUTENÇAO PREVENTIVA DE	SERVIÇOS	15		
10	AR CONDICIONADO PISO TETO	SER VIÇOS	13		
	60.000 BTUS MENSAL				
17	MANUTENÇAO CORRETIVA EM	SERVIÇOS	110		
	SPLIT				
18	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM	SERVIÇOS	20		
	PISO TETO VALOR T	 	 - 	DE SERVIÇOS	
	VALUR I	OTAL DA FRI	BIAÇAU.	DE SEKVIÇUS	

REPOSIÇÃO DE PEÇAS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR	VALOR
				UNITÁRIO	TOTAL



TUBULAÇÃO DE COBRE PARA AR CONDICIONADO DE 60.000 BTUS ATÉ 3 METROS					
PLACA DE COMANDO DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 9,000 A 18,000 BTUS	1		PEÇAS	10	
TUBULAÇÃO DE COBRE PARA AR CONDICIONADO DE 9,000 A 18,000 BTUS ATÉ 3 METROS	2	PLACA DE COMANDO DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 A	PEÇAS	30	
TUBULAÇÃO DE COBRE PARA AR CONDICIONADO DE 22.000 A 30.000 BTUS ATÉ 3 METROS	3	CONDICIONADO DE 9.000 A 18.000	PEÇAS	20	
TUBULAÇÃO DE COBRE PARA AR CONDICIONADO DE 36.000 A 60.000 BTUS ATÉ 3 METROS	4	TUBULAÇÃO DE COBRE PARA AR CONDICIONADO DE 22.000 A 30.000	PEÇAS	20	
CONDICIONADO PISO TETO Feat	5	TUBULAÇÃO DE COBRE PARA AR CONDICIONADO DE 36.000 A 60.000 BTUS ATÉ 3	PEÇAS	20	
BTUS	6		PEÇAS	30	
12.000 BTUS	7		PEÇAS	10	
BTUS	8		PEÇAS	10	
BTUS	9		PEÇAS	10	
A 60.000 BTUS Seposição De Motor Peças 20	10		PEÇAS	10	
VENTILADOR EM SPLIT DE 9.000 A 12.000 BTUS	11		PEÇAS	8	
VENTILADOR EM SPLIT DE 9.000 A 12.000 BTUS UNIDADE INTERNA 14 REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 18.000 BTUS UNIDADE EXTERNA PEÇAS 25 15 REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 18.000 BTUS UNIDADE INTERNA PEÇAS 25 16 REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 22.000 A 36.000 BTUS UNIDADE EXTERNA PEÇAS 20 17 REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 22.000 A 36.000 BTUS UNIDADE INTERNA PEÇAS 20 18 REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 48.000 A 60.000 BTUS UNIDADE INTERNA PEÇAS 13 19 REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 48.000 A 60.000 BTUS UNIDADE INTERNA PEÇAS 13 19 REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 48.000 A 60.000 BTUS UNIDADE EXTERNA PEÇAS 13 20 REPOSIÇÃO DE ROLAMENTOS PEÇAS 60 21 REPOSIÇÃO DE CAPACITORES DE 1 PEÇAS 110	12	VENTILADOR EM SPLIT DE 9.000 A 12.000 BTUS	PEÇAS	20	
VENTILADOR EM SPLIT DE 18.000 BTUS UNIDADE EXTERNA PEÇAS 25 15 REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 18.000 BTUS UNIDADE INTERNA PEÇAS 25 16 REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 22.000 A 36.000 BTUS UNIDADE EXTERNA PEÇAS 20 17 REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 22.000 A 36.000 BTUS UNIDADE INTERNA PEÇAS 20 18 REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 48.000 A 60.000 BTUS UNIDADE INTERNA PEÇAS 13 19 REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 48.000 A 60.000 BTUS UNIDADE EXTERNA PEÇAS 13 20 REPOSIÇÃO DE ROLAMENTOS PEÇAS 60 21 REPOSIÇÃO DE CAPACITORES DE 1 PEÇAS 110	13	VENTILADOR EM SPLIT DE 9.000 A	PEÇAS	20	
VENTILADOR EM SPLIT DE 18.000 BTUS UNIDADE INTERNA 16 REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 22.000 A 36.000 BTUS UNIDADE EXTERNA PEÇAS 20 17 REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 22.000 A 36.000 BTUS UNIDADE INTERNA PEÇAS 13 18 REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 48.000 A 60.000 BTUS UNIDADE INTERNA PEÇAS 13 19 REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 48.000 A 60.000 BTUS UNIDADE EXTERNA PEÇAS 13 20 REPOSIÇÃO DE ROLAMENTOS PEÇAS 60 PEÇAS 110	14	VENTILADOR EM SPLIT DE 18.000	PEÇAS	25	
VENTILADOR EM SPLIT DE 22.000 A 36.000 BTUS UNIDADE EXTERNA 17 REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 22.000 A 36.000 BTUS UNIDADE INTERNA 18 REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 48.000 A 60.000 BTUS UNIDADE INTERNA 19 REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 48.000 A 60.000 BTUS UNIDADE EXTERNA 20 REPOSIÇÃO DE ROLAMENTOS PEÇAS 60 21 REPOSIÇÃO DE CAPACITORES DE 1 PEÇAS 110	15	VENTILADOR EM SPLIT DE 18.000	PEÇAS	25	
17 REPOSIÇÃO DE MOTOR PEÇAS 20 VENTILADOR EM SPLIT DE 22.000 A 36.000 BTUS UNIDADE INTERNA 18 REPOSIÇÃO DE MOTOR PEÇAS 13 VENTILADOR EM SPLIT DE 48.000 A 60.000 BTUS UNIDADE INTERNA 13 19 REPOSIÇÃO DE MOTOR PEÇAS 13 VENTILADOR EM SPLIT DE 48.000 A 60.000 BTUS UNIDADE EXTERNA 60.000 BTUS UNIDADE EXTERNA 20 REPOSIÇÃO DE ROLAMENTOS PEÇAS 60 21 REPOSIÇÃO DE CAPACITORES DE 1 PEÇAS 110	16	VENTILADOR EM SPLIT DE 22.000 A	PEÇAS	20	
18 REPOSIÇÃO DE MOTOR PEÇAS 13 VENTILADOR EM SPLIT DE 48.000 A 60.000 BTUS UNIDADE INTERNA 19 REPOSIÇÃO DE MOTOR PEÇAS 13 VENTILADOR EM SPLIT DE 48.000 A 60.000 BTUS UNIDADE EXTERNA 60.000 BTUS UNIDADE EXTERNA 60 20 REPOSIÇÃO DE ROLAMENTOS PEÇAS 60 21 REPOSIÇÃO DE CAPACITORES DE 1 PEÇAS 110	17	REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 22.000 A	PEÇAS	20	
VENTILADOR EM SPLIT DE 48.000 A 60.000 BTUS UNIDADE EXTERNA 20 REPOSIÇÃO DE ROLAMENTOS PEÇAS 60 21 REPOSIÇÃO DE CAPACITORES DE 1 PEÇAS 110	18	REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 48.000 A	PEÇAS	13	
21 REPOSIÇÃO DE CAPACITORES DE 1 PEÇAS 110		VENTILADOR EM SPLIT DE 48.000 A 60.000 BTUS UNIDADE EXTERNA	-		
21 REPOSIÇÃO DE CAPACITORES DE 1 PEÇAS 110	20	REPOSIÇAO DE ROLAMENTOS	PEÇAS	60	
	21	·		110	
			,		



22	REPOSIÇÃO DE CAPACITORES DE 15 UF A 50 UF	PEÇAS	110	
23	REPOSIÇÃO DE SENSORES PARA SPLIT	PEÇAS	110	
24	REPOSIÇÃO DE SENSORES PARA PISO TETO	PEÇAS	50	
25	REPOSIÇÃO DE TURBINA PARA SPLIT DE 9.000 BTUS	PEÇAS	25	
26	REPOSIÇÃO DE TURBINA PARA SPLIT DE 12.000 BTUS	PEÇAS	25	
27	REPOSIÇÃO DE TURBINA PARA SPLIT DE 18.000 BTUS	PEÇAS	25	
28	REPOSIÇÃO DE TURBINA PARA SPLIT DE 22.000 BTUS	PEÇAS	25	
29	REPOSIÇÃO DE TURBINA PARA SPLIT DE 60.000 BTUS	PEÇAS	15	
30	CHAVE CONTATORA	PEÇAS	40	
31	PRESSOSTATO DE BAIXA	PEÇAS	25	
32	PRESSOSTATO DE ALTA	PEÇAS	25	
33	BANDEIJA DO DRENO DA EVAPORADORA	PEÇAS	30	
34	SENSOR DE DEGELO	PEÇAS	20	
35	SUPORTE DO CONDESADOR	PEÇAS	20	
36	SERPERTINA DE COBRE DE 9.000 A 12.000 BTUS	PEÇAS	30	
37	SERPERTINA DE COBRE DE 18.000 A 36.000 BTUS	PEÇAS	30	
38	SERPERTINA DE COBRE DE 48.000 A 60.000 BTUS	PEÇAS	30	
		-		OR TOTAL
	DESCO		CADO SOBRE	
		VALOR FI	NAL APÓS D	ESCONTO

A Proposta de Preços deverá conter:

- a) Preço unitário, total e porcentagem sobre o total cotado, em algarismos, expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando as quantidades constantes do presente Edital;
- b) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;
- c) O início da prestação do serviço será em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da emissão da Ordem de Serviços.
- d) Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas tais como impostos, taxas, seguros, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Pregão;



e) Razão Social, CNPJ, endereço completo, número do telefone, fax e e-mail, bem como, número da conta corrente, nome do banco e agência onde deseja receber seus créditos;

CIDADE/RN,	de	 de 2019
Carimbo e a	ssinatura	

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº. XXX/2019 - PMM

TERMO DE CONTRATO N.º XXX/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN, ATRAVÉS DA PREFEITURA MUNICIPAL, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXX PARA A PRESTAÇÃO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE AR-CONDICIONADO COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, LIMPEZAS E CONSERTOS EM TUBULAÇÕES, CANOS INTERNOS E EXTERNOS DE DRENAGEM, ACESSÓRIOS E COMPONENTES ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS, PERTENCENTES AO



PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE.

CONTRATANTE: O Município de Maxaranguape/RN, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 08.170.540/0001-25, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE**, sede no Rua Quinze de Novembro, 45 – Centro – Maxaranguape/RN, representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **Luís Eduardo Bento da Silva**, CPF: 242.663.532-00, agente político, casado, residente e domiciliado na Chácara dos Anéis, 11A, Maracajaú – Maxaranguape/RN.

As CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído na contratação direta referente ao processo administrativo nº. xxxxxxxxxxxxxx mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O CONTRATO tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar-condicionado, com substituição de peças, limpezas e consertos em tubulações, canos internos e externos de drenagem, acessórios e componentes elétricos e eletrônicos, pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Maxaranguape, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, bem como na proposta da CONTRATADA, que o integram independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor total estimado deste contrato é de **R\$ xx.xxxx,00 (por externo)**, conforme valores registrados na Ata de Registro de Preços nº XXX/2019, em concordância com o quadro a seguir:

SERVIÇOS:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	RETIRADA DE AR CONDICIONADO	SERVIÇOS	20		
	SPLIT DE 9.000 A 18.000 BTUS				
2	RETIRADA DE AR CONDICIONADO	SERVIÇOS	10		
	SPLT DE 22.000 A 30.000 BTUS				
3	RETIRADA DE AR CONDICIONADO	SERVIÇOS	10		
	PISO TETO DE 36.000 A 48.000 BTUS				
4	RETIRADA DE AR CONDICIONADO	SERVIÇOS	10		
	PISO TETO DE 60.000 BTUS	_			
5	REINSTALAÇÃO DE AR	SERVIÇOS	10		
	CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 A				
	18.000 BTUS				
6	REINSTALAÇÃO DE AR	SERVIÇOS	10		_
	CONDICIONADO SPLIT DE 22.000 A				
	30.000 BTUS				



7	REINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO PISO TETO DE 36.000 A 48.000 BTUS	SERVIÇOS	8
8	REINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO PISO TETO 60.000 BTUS	SERVIÇOS	6
9	CARGA DE GÁS EM AR CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 A 18.000 BTUS	SERVIÇOS	120
10	CARGA DE GÁS EM AR CONDICIONADO SPLIT DE 22.000 A 30.000 BTUS	SERVIÇOS	50
11	CARGA DE GÁS EM AR CONDICIONADO PISO TETO DE 36.000 A 48.000 BTUS	SERVIÇOS	25
12	CARGA DE GÁS EM AR CONDICIONADO PISO TETO 60.000 BTUS	SERVIÇOS	20
13	MANUTENÇAO PREVENTIVA DE AR CONDICIONADO SPLIT 9.000 A 18.000 BTUS MENSAL	SERVICOS	120
14	MANUTENÇAO PREVENTIVA DE AR CONDICIONADO SPLIT 22.000 A 36.000 BTUS MENSAL	SERVIÇOS	80
15	MANUTENÇAO PREVENTIVA DE AR CONDICIONADO PISO TETO 36.000 A 60.000 BTUS MENSAL	SERVIÇOS	15
16	MANUTENÇAO PREVENTIVA DE AR CONDICIONADO PISO TETO 60.000 BTUS MENSAL	SERVIÇOS	15
17	MANUTENÇAO CORRETIVA EM SPLIT	SERVIÇOS	110
18	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM PISO TETO	SERVIÇOS	20
	VALOR TO	TAL DA PRES	STAÇÃO DE SERVIÇOS

REPOSIÇÃO DE PEÇAS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR
	~			UNITARIO	TOTAL
1	TUBULAÇÃO DE COBRE PARA AR	PEÇAS	10		
	CONDICIONADO DE 60.000 BTUS				
	ATÉ 3 METROS				
2	PLACA DE COMANDO DE AR	PEÇAS	30		
	CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 A				
	18.000 BTUS				
3	TUBULAÇÃO DE COBRE PARA AR	PEÇAS	20		
	CONDICIONADO DE 9.000 A 18.000				
	BTUS ATÉ 3 METROS				
4	TUBULAÇÃO DE COBRE PARA AR	PEÇAS	20		
	CONDICIONADO DE 22.000 A 30.000	-			
	BTUS ATÉ 3 METROS				
5	TUBULAÇÃO DE COBRE PARA AR	PEÇAS	20		
	CONDICIONADO				
	DE 36.000 A 60.000 BTUS ATÉ 3				
	METROS				



				1	, ,
6	PLACA DE COMANDO DE AR CONDICIONADO PISO TETO	PEÇAS	30		
7	COMPRESSOR PARA SPLIT DE 9.000 BTUS	PEÇAS	10		
8	COMPRESSOR PARA SPLIT DE 12.000 BTUS	PEÇAS	10		
9	COMPRESSOR PARA SPLIT DE 18.000 BTUS	PEÇAS	10		
10	COMPRESSOR PARA SPLIT DE 22.000	PEÇAS	10		
11	BTUS COMPRESSOR PISO TETO DE 36.000	PEÇAS	8		
12	A 60.000 BTUS REPOSIÇÃO DE MOTOR	PEÇAS	20		
	VENTILADOR EM SPLIT DE 9.000 A 12.000 BTUS UNIDADE EXTERNA				
13	REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 9.000 A 12.000 BTUS UNIDADE INTERNA	PEÇAS	20		
14	REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 18.000 BTUS UNIDADE EXTERNA	PEÇAS	25		
15	REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 18.000 BTUS UNIDADE INTERNA	PEÇAS	25		
16	REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 22.000 A 36.000 BTUS UNIDADE EXTERNA	PEÇAS	20		
17	REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 22.000 A 36.000 BTUS UNIDADE INTERNA	PEÇAS	20		
18	REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 48.000 A 60.000 BTUS UNIDADE INTERNA	PEÇAS	13		
19	REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 48.000 A 60.000 BTUS UNIDADE EXTERNA	PEÇAS	13		
20	REPOSIÇÃO DE ROLAMENTOS	PEÇAS	60		
21	REPOSIÇÃO DE CAPACITORES DE 1	PEÇAS	110		+
	UF A 3,5 UF				
22	REPOSIÇÃO DE CAPACITORES DE 15 UF A 50 UF	PEÇAS	110		
23	REPOSIÇÃO DE SENSORES PARA SPLIT	PEÇAS	110		
24	REPOSIÇÃO DE SENSORES PARA PISO TETO	PEÇAS	50		
25	REPOSIÇÃO DE TURBINA PARA SPLIT DE 9.000 BTUS	PEÇAS	25		
26	REPOSIÇÃO DE TURBINA PARA SPLIT DE 12.000 BTUS	PEÇAS	25		
27	REPOSIÇÃO DE TURBINA PARA SPLIT DE 18.000 BTUS	PEÇAS	25		
28	REPOSIÇÃO DE TURBINA PARA SPLIT DE 22.000 BTUS	PEÇAS	25		
29	REPOSIÇÃO DE TURBINA PARA SPLIT DE 60.000 BTUS	PEÇAS	15		
30	CHAVE CONTATORA	PEÇAS	40		†
	1	• •	1	1	



31	PRESSOSTATO DE BAIXA	PEÇAS	25			
32	PRESSOSTATO DE ALTA	PEÇAS	25			
33	BANDEIJA DO DRENO DA	PEÇAS	30			
	EVAPORADORA					
34	SENSOR DE DEGELO	PEÇAS	20			
35	SUPORTE DO CONDESADOR	PEÇAS	20			
36	SERPERTINA DE COBRE DE 9.000 A	PEÇAS	30			
	12.000 BTUS					
37	SERPERTINA DE COBRE DE 18.000 A	PEÇAS	30			
	36.000 BTUS					
38	SERPERTINA DE COBRE DE 48.000 A	PEÇAS	30			
	60.000 BTUS					
	VALOR TOTAL					
DESCONTO APLICADO SOBRE O TOTAL						
		VALOR FI	NAL APÓS I	DESCONTO		

2.2. Os quantitativos dos serviços fornecidos e seu pagamento será efetuado de acordo com o efetivo fornecimento e valor constante da proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá à conta dos recursos orçamentários e financeiros alocados no Orçamento Geral do Município de 2019, na seguinte classificação orçamentária:

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 meses contado partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado em conformidade com o Art. 57, inc. II da Lei 8.666/93, por iguais e sucessivos períodos, desde que haja interesse da Administração.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. Não será exigida garantia da execução do contrato, mas a CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto do contrato, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições estabelecidas:
- 6.2. Designar servidor com competência necessária para fiscalizar o serviço prestado;
- 6.3. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA no prazo estipulado;
- 6.4. Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência;
- 6.5. Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução da contratação;



- 6.6. Acompanhar, coordenar e fiscalizar a contratação, anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas no fornecimento do serviço;
- 6.7. Notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre falhas ou irregularidades constatadas no serviço, para que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias;
- 6.8. Notificar a CONTRATADA, por escrito, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa;
- 6.9. Rejeitar o serviço que não atenda aos requisitos constantes das especificações deste Termo de Referência;
- 6.10. Efetuar o pagamento do serviço que estiver dentro dos padrões exigidos;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada obriga-se a:

- 7.1. Efetuar a realização dos serviços em perfeitas condições de execução, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- 7.2. Os serviços e peças respostas terão garantia de 90 dias a conta da CONTRATADA;
- 7.3. Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciária, fiscais, seguros e quaisquer outras não mencionadas, bem como o pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta do contrato, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade;
- 7.4. A contratada deverá manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação necessárias para a contratação com a Administração Pública, apresentando sempre que exigidos, os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica e conforme dispões o inciso XIII, do artigo 55, da Lei nº. 8.666/1993;
- 7.5. A contratada deverá acatar a todas as exigências da CONTRATANTE, sujeitando-se à sua ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 7.6. A contratada não deverá transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas no contrato;

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 8.1. O objeto deverá ser executado em conformidade com o edital e o termo de referência (ANEXO I).
- 8.2. O objeto desta licitação deverá ser prestado sempre que solicitado, pelo licitante vencedor a Prefeitura Municipal, sito à Rua Quinze de Novembro, 45 Centro Maxaranguape/RN, de segunda à Sexta Feira, das 08:00 às 13.000 horas, nas quantidades solicitadas, em ordem de compra enviada ao vencedor, durante a vigência do contrato;
- 8.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência (ANEXO I), devendo ser substituído no prazo de 02 (dois) dias úteis do comunicado, às custas da contratada sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital;
- 8.4. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência (ANEXO I), devendo ser substituído no prazo de 05(cinco) dias úteis do comunicado, às custas da contratada, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital;



8.5. Nos termos do art. 67, § 1°, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, este órgão público designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 9.1 Nos termos do art. 67, § 1°, da Lei Federal nº 8.666 de 1993, este órgão público designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
- 9.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.
- 9.3. A fiscalização do referido contrato será realizada pelo Secretário Municipal de Administração do Município.
- 9.10. Fica designado como fiscal/gestor deste contrato, o senhor (a) Secretário (a) da Administração do Município de Maxaranguape/RN.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

- 10.1 Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA deverá entregar a Secretaria Municipal de Administração e Finanças a documentação a seguir relacionada:
- 10.2. Mensalmente, acompanhando a Nota Fiscal/Fatura referente ao serviço prestado, no setor responsável pela fiscalização do contrato, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas de originais, dos seguintes documentos:
- a) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e INSS (CONJUNTAS);
- c) Certidão Negativa de Débitos s Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA; e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

- 12.1. A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.2. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.
- 12.3. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

13.1. O presente contrato fundamenta-se na Lei Federal nº **8.666/1993** e vincula-se ao processo administrativo nº. XXXXXXXXXXXXXX, bem como à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

- 14.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da prestação dos serviços, mediante a apresentação do documento fiscal competente (nota fiscal/fatura), devidamente aprovado pela contratante, por meio de ordem bancária de crédito, em depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela contratada.
- 14.2. A cada pagamento a ser efetivado pela contratante será realizada prévia verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada.
- 14.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

I = (TX/100)/365

 $EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

14.4. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal/fatura, estes serão restituídos pela contratante no prazo de 05 (cinco) dias, para que a contratada promova as correções necessárias, não respondendo a contratante por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES

- 15.1. A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para o fornecimento do serviço, sujeitando-se as penalidades constantes nos artigos 86 e 87 da Lei nº8.666/1993, a saber:
- a) ADVERTÊNCIA, nos casos de pequenos descumprimentos do Termo de Referência, que não gerem prejuízo para a Secretaria;
- b) MULTA:
- b.1- Será aplicada multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato, por dia até o trigésimo dia de atraso, se os serviços não forem realizados quando a contratada sem justa causa deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido a obrigação assumida;
- b.2 Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, quando a contratada prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização, transferir ou ceder suas obrigações a terceiros, sem a prévia autorização da contratante, desatender as determinações da fiscalização, cometer faltas reiteradas na execução dos serviços e não iniciar sem justa causa a execução dos serviços contratados no prazo fixado;



- b.3 Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, quando a contratada ocasionar, sem justa causa, o atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços contratados, recusar-se a executar, sem justa causa, no todo ou em parte, os serviços executados, praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé, venha a causar danos à contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da contratada em reparar os danos causados;
- b.4 As multas aplicadas deverão ser recolhidas na Tesouraria da Prefeitura, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da data da notificação, independentemente do julgamento de pedido de reconsideração do recurso;
- c) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR com a Prefeitura Municipal de Maxaranguape/RN por um período de até 2(dois) anos, nos casos de recusa de fornecer o(s) serviço(s);
- d) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos de prática de atos ilícitos, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como concluo, fraude, adulteração de documentos ou omissão de declaração falsa, por um período de até 2(dois) anos;
- 15.2. Da aplicação de penalidade caberá recurso, conforme disposto no art.109 da Lei nº8.666/1993;
- 15.3. As sanções administrativas somente serão aplicadas pela Secretaria após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia;
- 15.4. A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa; 15.5. O prazo para apresentação da defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra da contagem do prazo estabelecida no art.110 da Lei nº8.666;1993;
- 15.6. A aplicação da sanção declaração de inidoneidade compete exclusivamente ao Prefeito Municipal, facultada a defesa do interesse no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02(dois) anos de sua aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 16.2. A entrega do objeto deste contrato deverá ser realizada nas unidades solicitadas deste município, respeitando-se os horários determinados no Termo de Referência.
- 16.3. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da licitante.
- 16.4. A CONTRATADA deve atender a todas as medidas de segurança necessárias ao manuseio dos equipamentos.
- 16.5. Todos os equipamentos e ferramentas necessários ao manuseio e instalação dos equipamentos deverão ser fornecidos pela CONTRATADA e o manuseio e instalação deverão ser realizados pela mesma, por meio de profissionais técnicos qualificados.
- 16.6. Juntamente com a entrega e a instalação dos equipamentos, a CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE toda a documentação técnica e de segurança e fornece orientação quanto às regras de guarda e exibição desses documentos.
- 16.7. A Contratada fica obrigada a fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e os que forem solicitados pela Fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO



17.1 - As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da comarca de Extremoz/RN, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Maxaranguape/RN, em XX de XXXXXXXXX de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE/RN LUÍS EDUARDO BENTO DA SILVA PREFEITO

EMPRESA NOME REPRESENTAÇÃO

TESTEMUNHAS:		
1)	2)	
Nome	Nome	
CPF	CPF	
RG	RG	

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA

(NOME DA EMPRESA, CNPJ, ENDEREÇO, etc.), neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA), **DECLARAMOS** que **OPTAMOS** por não realizar a vistoria a local de execução do serviço, que **ASSUMIMOS** todo e qualquer risco por esta decisão e que **NOS COMPROMETEMOS** a prestar fielmente o serviço nos termos do Edital, do Termo de Referência e dos demais anexos que compõem o processo na modalidade **Pregão Presencial n.º XX/2019**.

()	Local	l e l	Data)



Empresa Li	icitante (respons	ável: nome,	cargo e	assinatura)

ANEXO V MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento,	_(razão social da empresa), situada à Rua(endereço
completo), neste ato rep	presentada pelo(cargo),(nome do responsável),
(nacionalidade, estado civi	l, nº da carteira de identidade, órgão expedidor, data de
emissão e nº do CIC), CREDENCIA	A o Sr(nome do credenciado),(nacionalidade,
estado civil, nº da carteira de identida	ade, órgão expedidor, data de emissão, e nº do CIC),
dando-lhe plenos poderes para, er	n nome desta empresa, dar entrada em documentação,
formalizar propostas, dar lances,	recorrer, desistir e tratar de todos os demais assuntos
pertinentes à Licitação PREGÃO PI	RESENCIAL n°/2019.
	de de 2019



				Assina	tura e	identificação	0				
S.: Esta onhecida.	carta	deverá	ser	juntada	aos	documentos	de	credencia	amento,	com	firma
DECI	A D A	CÃO DI	c M	ICDOEN		EXO VI ESA E EMP	DEC	A DE DE	OUENC) DOD	ТE
DECL	AKA	ÇAO DI	E IVI	ICKOEN	/11 KJ	ESA E ENIT	KES	ADETE	QUEINC	TON	.112
A em	presa			beibes	a (e	endereco co	- mnle	inscrita	no	CNPJ	n°
interméd de Identi	io de s dade r	seu repre	sent	, sediad ante legal e do	a (c l o(a) CPF	endereço co Sr.(a)	inpic	, po , po , DECLA	rtador(a RA. sob) da Ca as pei	, por arteira nas da
Lei, que	atende	os disp	ositi	vos da Le	ei Cor	nplementar n	° 12	3, de 14 de	e dezem	bro de	2006

_____, ____ de _____ de 2019.



 (nome do declarante)	

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Referência: Pregão Presencial nº /2019.		
(em papel timbrado da empresa)		
A (raz	zão social	l na
		sede
r	com	
na(endereço completo), por in	ntermédio a	de seu
representante legal, infra-assinado, e para os fins da PREGÃO PRESEN	CIAL nº	/2019
-, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos para s	ua habilitaç	ão no
presente certame licitatório		



	,	de	de 2019.
	(assinatura do respo		esa)
Nome ou carimbo:			
Cargo ou carimbo:	dade e órgão emitente	·	_
CPF:		· 	
	ANEX	XO VIII	
	ANEZ	TO VIII	
MODELO DE DEC	LARAÇÃO DE INEX	XISTÊNCIA DE	FATO IMPEDITIVO DA
	HABIL	ITAÇÃO	
A empresa		_	inscrita no CNPJ Nº
	, sediada no	(a),	, declara, para os
devidos fins do PRE	GÃO PRESENCIAL	N°/2017, sob	as penas da Lei, que até a
			tação no presente processo
iicitatorio, ciente da o	brigatoriedade de decla	arar ocorrencias p	osteriores.
	Local,de	de 201	9.



Diretor ou representante legal – RG/CPF

ANEXO IX

MODELO DECLARAÇÃO REFERENTE AO TRABALHO DE MENOR PREGÃO PRESENCIAL Nº __/2019

A	empresa	,	inscrita	no	CNPJ	Nº
		, por intermédio de	e seu repres	sentai	nte legal	o(a)
Sr.	.(a)	, portadora da	Carteira	de Id	lentidade	e Nº
		e do CPF N°	_ DECLA	RA,	para fins	s do
dis	sposto no inc	ciso "V" Art. 27 da Lei Federal Nº 8.666, de 21	de junho d	le 199	93, acres	cido
pe]	la Lei Nº 9.	854, de 27 de outubro de 1999, que não empre	ga menore	es de	18 (deze	oito)
and	os em trabal	ho noturno, perigoso ou insalubre e menores de	16 (dezes	seis)	anos.	



Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos na condição de aprendiz. **Observação: Utilizar a ressalva quando for o caso.**

Local,	de	de 2019.

Diretor ou representante legal

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA PREGÃO PRESENCIAL Nº __/2019

	(representante	do	licitante),	portador	da	Cédula d	le
Identidade RG n°	e do CPF	n^{o}		, com	o re	presentant	te
devidamente constituído de			(id	lentificação	ob c	licitante o	u
do Consórcio), inscrita no CNP.	J nº	,	doravante d	lenominad	o Lic	citante, par	ra
fins do disposto no Edital da pre	esente Licitação,	dec	lara, sob as	penas da l	ei, er	n especial	o
art. 299 do Código Penal Brasile	eiro, que:						
(a) a proposta apresentada para	participar da pr	eser	ite Licitação	o foi elabo	rada	de maneir	ra
independente (pelo Licitante/Co	onsórcio), e o co	nteú	do da propo	osta não fo	i, no	todo ou er	m
parte, direta ou indiretamente	, informado, di	iscu	tido ou rec	cebido de	qua	lquer outr	О



participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

- (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local, _	de	de 2019.
(assinatu	ra do represe	entante legal do Licitante)

ANEXO XI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0XX/2019 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2019 VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

Aos XX dias do mês de XXXXXX de 2019, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE/RN, com sede na Rua Quinze de Novembro, 45, Maxaranguape – RN, CEP: 59.580-000, inscrita no CNPJ sob o nº 08.170.540/0001-25, neste ato representado por Luís Eduardo Bento da Silva – Prefeito Municipal; Nos termos da Lei n.º 10.520/02, do Decreto nº 7.892/13, do Decreto nº 3.555/00; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, e as demais normas legais correlatas; Em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial para Registro de Preços n.º XXX/2019, homologado em XXX de XXXXXX de 2019, resolve REGISTRAR OS PREÇOS propostos pela empresa



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Através da presente ata ficam registrados os preços visando à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar-condicionado, incluindo substituição de peças, limpezas e consertos em tubulações, canos internos e externos de drenagem, acessórios e componentes elétricos e eletrônicos, pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Maxaranguape, conforme descrição do Termo de Referência, assim como a proposta vencedora, e valores estabelecidos na Cláusula Segunda desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO

- 2.1. A presente Ata apresenta o valor total de R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXX).
- 2.2. O preço registrado, as especificações do objeto conforme Termo de Referência, independente de transcrição, e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	RETIRADA DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 A 18.000 BTUS	SERVIÇOS	20		
2	RETIRADA DE AR CONDICIONADO SPLT DE 22.000 A 30.000 BTUS	SERVIÇOS	10		
3	RETIRADA DE AR CONDICIONADO PISO TETO DE 36.000 A 48.000 BTUS	SERVIÇOS	10		
4	RETIRADA DE AR CONDICIONADO PISO TETO DE 60.000 BTUS	SERVIÇOS	10		
5	REINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 A 18.000 BTUS	SERVIÇOS	10		
6	REINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 22.000 A 30.000 BTUS	SERVIÇOS	10		
7	REINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO PISO TETO DE 36.000 A 48.000 BTUS	SERVIÇOS	8		
8	REINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO PISO TETO 60.000 BTUS	SERVIÇOS	6		
9	CARGA DE GÁS EM AR CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 A 18.000 BTUS	SERVIÇOS	120		
10	CARGA DE GÁS EM AR CONDICIONADO SPLIT DE 22.000 A 30.000 BTUS	SERVIÇOS	50		



11	CARGA DE GÁS EM AR CONDICIONADO PISO TETO DE 36.000 A 48.000 BTUS	SERVIÇOS	25		
12	CARGA DE GÁS EM AR CONDICIONADO PISO TETO 60.000 BTUS	SERVIÇOS	20		
13	MANUTENÇAO PREVENTIVA DE AR CONDICIONADO SPLIT 9.000 A 18.000 BTUS MENSAL	SERVICOS	120		
14	MANUTENÇAO PREVENTIVA DE AR CONDICIONADO SPLIT 22.000 A 36.000 BTUS MENSAL	SERVIÇOS	80		
15	MANUTENÇAO PREVENTIVA DE AR CONDICIONADO PISO TETO 36.000 A 60.000 BTUS MENSAL	SERVIÇOS	15		
16	MANUTENÇAO PREVENTIVA DE AR CONDICIONADO PISO TETO 60.000 BTUS MENSAL	SERVIÇOS	15		
17	MANUTENÇAO CORRETIVA EM SPLIT	SERVIÇOS	110		
18	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM PISO TETO	SERVIÇOS	20		
	VALOR TOTAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS				

REPOSIÇÃO DE PEÇAS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	TUBULAÇÃO DE COBRE PARA AR CONDICIONADO DE 60.000 BTUS ATÉ 3 METROS	PEÇAS	10		
2	PLACA DE COMANDO DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 A 18.000 BTUS	PEÇAS	30		
3	TUBULAÇÃO DE COBRE PARA AR CONDICIONADO DE 9.000 A 18.000 BTUS ATÉ 3 METROS	PEÇAS	20		
4	TUBULAÇÃO DE COBRE PARA AR CONDICIONADO DE 22.000 A 30.000 BTUS ATÉ 3 METROS	PEÇAS	20		
5	TUBULAÇÃO DE COBRE PARA AR CONDICIONADO DE 36.000 A 60.000 BTUS ATÉ 3 METROS	PEÇAS	20		
6	PLACA DE COMANDO DE AR CONDICIONADO PISO TETO	PEÇAS	30		
7	COMPRESSOR PARA SPLIT DE 9.000 BTUS	PEÇAS	10		
8	COMPRESSOR PARA SPLIT DE 12.000 BTUS	PEÇAS	10		
9	COMPRESSOR PARA SPLIT DE 18.000 BTUS	PEÇAS	10		
10	COMPRESSOR PARA SPLIT DE 22.000 BTUS	PEÇAS	10		
11	COMPRESSOR PISO TETO DE 36.000 A 60.000 BTUS	PEÇAS	8		



	T~~			1	1
12	REPOSIÇÃO DE MOTOR	PEÇAS	20		
	VENTILADOR EM SPLIT DE 9.000 A				
	12.000 BTUS				
	UNIDADE EXTERNA				
13	REPOSIÇÃO DE MOTOR	PEÇAS	20		
	VENTILADOR EM SPLIT DE 9.000 A	,			
	12.000 BTUS UNIDADE INTERNA				
14	REPOSIÇÃO DE MOTOR	PEÇAS	25		
17	VENTILADOR EM SPLIT DE 18.000	TLÇAS	2.5		
	BTUS UNIDADE EXTERNA				
1.7		DECAG	25		
15	REPOSIÇÃO DE MOTOR	PEÇAS	25		
	VENTILADOR EM SPLIT DE 18.000				
	BTUS UNIDADE INTERNA				
16	REPOSIÇÃO DE MOTOR	PEÇAS	20		
	VENTILADOR EM SPLIT DE 22.000 A				
	36.000 BTUS UNIDADE EXTERNA				
17	REPOSIÇÃO DE MOTOR	PEÇAS	20		
	VENTILADOR EM SPLIT DE 22.000 A				
	36.000 BTUS UNIDADE INTERNA				
18	REPOSIÇÃO DE MOTOR	PEÇAS	13		
	VENTILADOR EM SPLIT DE 48.000 A	3			
	60.000 BTUS UNIDADE INTERNA				
19	REPOSIÇÃO DE MOTOR	PEÇAS	13		
17	VENTILADOR EM SPLIT DE 48.000 A	TLÇAS	13		
	60.000 BTUS UNIDADE EXTERNA				
20		DECAG	60		
20	REPOSIÇÃO DE ROLAMENTOS	PEÇAS	60		
21	REPOSIÇÃO DE CAPACITORES DE 1	PEÇAS	110		
	UF A 3,5 UF				
22	REPOSIÇÃO DE CAPACITORES DE 15	PEÇAS	110		
	UF A 50 UF				
23	REPOSIÇÃO DE SENSORES PARA	PEÇAS	110		
	SPLIT				
24	REPOSIÇÃO DE SENSORES PARA	PEÇAS	50		
	PISO TETO	,			
25	REPOSIÇÃO DE TURBINA PARA	PEÇAS	25		
	SPLIT DE 9.000 BTUS	12912			
26	REPOSIÇÃO DE TURBINA PARA	PEÇAS	25		
20	SPLIT DE 12.000 BTUS	TLÇAS	2.5		
27		DECAG	25		
27	REPOSIÇÃO DE TURBINA PARA	PEÇAS	25		
	SPLIT DE 18.000 BTUS				
28	REPOSIÇÃO DE TURBINA PARA	PEÇAS	25		
	SPLIT DE 22.000 BTUS				
29	REPOSIÇÃO DE TURBINA PARA	PEÇAS	15		
	SPLIT DE 60.000 BTUS				
30	CHAVE CONTATORA	PEÇAS	40		
31	PRESSOSTATO DE BAIXA	PEÇAS	25		
32	PRESSOSTATO DE ALTA	PEÇAS	25		
33	BANDEIJA DO DRENO DA	PEÇAS	30		
33	EVAPORADORA	11410			
34	SENSOR DE DEGELO	PEÇAS	20		
		,			
35	SUPORTE DO CONDESADOR	PEÇAS	20		
36	SERPERTINA DE COBRE DE 9.000 A	PEÇAS	30		
	12.000 BTUS				
37	SERPERTINA DE COBRE DE 18.000 A	PEÇAS	30		
	36.000 BTUS				
38	SERPERTINA DE COBRE DE 48.000 A	PEÇAS	30		
	60.000 BTUS				
	•			•	



VALOR TOTAL	
DESCONTO APLICADO SOBRE O TOTAL	
VALOR FINAL APÓS DESCONTO	

- 2.2. Estão registrados no CADASTRO DE RESERVA, no anexo desta ata cópia da ata de realização da sessão pública do pregão, nos termos do art. 11 do Decreto nº 7.892/13, os fornecedores que aceitaram cotar o fornecimento dos itens com preço igual ao do(s) vencedor(es) da licitação.
- 2.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase contratações que deles poderão advir, facultandose a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA - ÓRGÃO PARTICIPANTE

- 3.1. Integram a presente Ata de Registro de Preços ARP, a Secretaria Municipal de Administração, como órgão gerenciador e as Secretarias Municipais de Maxaranguape/RN como órgãos participantes.
- 3.2. Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada a vantagem.
- 3.3. Os órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Contratante, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.
- 3.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com o Contratante.
- 3.4 As aquisições adicionais por outros órgãos ou entidades não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA

- 4.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não pode ser superior a 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação da respectiva Ata no Diário Oficial do Município, computadas neste prazo as eventuais prorrogações, nos termos do art. 15, § 3°, inc. III, da Lei n° 8.666, de 1993, razão porque eventual prorrogação da sua vigência, com fundamento no § 2° do art. 4° do Decreto n° 3.931, de 2001, somente será admitida até o referido limite, e desde que devidamente justificada, mediante autorização da autoridade superior e que a proposta continue se mostrando mais vantajosa, vigorando de XXX de XXXX de 2019 a XXX de XXXXX de 2019.
- 4.2. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ASSINATURA DA ATA

5.1. 5.1 O licitante vencedor terá 05 (cinco) dias úteis para assinar a Ata, o qual será convocado através de: e-mail, fax, whatsapp, por telefone ou correspondência.



5.2 O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído, e ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas na legislação vigente.

CLÁUSULA SEXTA - REVISÃO E CANCELAMENTO

- 6.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantagem dos preços registrados nesta Ata.
- 6.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração Pública promover as negociações junto ao (s) fornecedor (es).
- 6.3 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração Pública convocará o(s) fornecedor(es) para negociar (em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 6.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 6.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 6.5 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 6.5.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 6.5.2 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 6.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 6.7.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 6.7.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 6.7.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 6.7.4 Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão (s) participante (s).
- 6.8 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 6.9.1 Por razão de interesse público; ou
- 6.9.2 A pedido do fornecedor.
- 6.10. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 30 (trinta) dias. Todos os documentos utilizados para a análise do pedido de revisão de preços serão devidamente autuados, rubricados e numerados, sendo parte integrante dos autos processuais.



- 6.11. É vedado ao contratado interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.
- 6.12. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação na imprensa oficial, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, nos termos do parágrafo único do art. 19 do Decreto 7.892/13.
- 6.13. É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.
- 6.14. Não cabe repactuação ou reajuste de preços da contratação.
- 6.15. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

<u>CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO</u>

- 7.1. São obrigações da contratada:
- a) Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços realizados;
- b) Atender prontamente quaisquer exigências do representante da CONTRATANTE, que objetivem facilitar o atendimento do objeto da presente contratação.
- c) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação;
- d) Responsabilizar-se diretamente pelo bom funcionamento dos equipamentos que receberão serviços e, consequentemente, responder, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a CONTRATANTE ou para terceiros;
- e) Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as determinações contidas nas Leis Federais nº 8.666/93 e nº. 4.320/64, nas Resoluções do TCE/RN, bem como nas leis, disciplinas, regulamentos e normas inerentes à execução dos fornecimentos objeto do contrato, emanadas das demais autoridades federais, estaduais e municipais competentes, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade pela falta ou omissão no cumprimento dessas normas e exigências;
- f) Responsabilizar-se pelos efeitos decorrentes da inobservância e/ou infração do contrato, de leis, regulamentos ou posturas em vigor;
- g) Não empregar, na execução das atividades relacionadas com a execução da presente contratação, mão-de-obra infantil, nos termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição da República vigente, bem como envidar esforços para que a referida medida seja adotada nos Contratos firmados com os fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços;
- h) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta Licitação, salvo quando expressamente autorizado pela CONTRATANTE.
- i) Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessárias à execução do objeto do presente certame, como única e exclusiva empregadora, confiando a execução dos respectivos serviços à profissionais idôneos e habilitados, que utilizam o mais alto nível da técnica atual;
- j) Pagar, pontualmente e na forma da Lei, os encargos decorrentes das leis trabalhistas e da previdência e assistência social devidos ao seu pessoal;
- k) Utilizar materiais e equipamentos com requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e/ou segurança recomendados pelas normas aplicáveis, de modo a garantir a boa execução dos fornecimentos ora contratados, dentro das condições aqui estabelecidas;



- l) Manter instalações adequadas, com suficientes recursos técnicos, inclusive de pessoal especializado, para poder fornecer suporte técnico do objeto do presente certame de forma rápida e eficiente;
- m) Preservar e manter a CONTRATANTE a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas ou representações, de qualquer natureza, decorrentes da ação ou omissão da CONTRATADA, dos seus empregados ou seus fornecedores, durante a execução do contrato;
- n) Não divulgar e nem fornecer, sob as penas da Lei, informações e dados referentes aos processos e patrimônio do Município e dados cadastrais de contribuintes, a menos que expressamente autorizados pelo titular da CONTRATANTE, responsável técnico ou por decisão judicial;
- o) Responsabilizar-se pelas indenizações ou reclamações oriundas de erros ou imperícias praticados na execução dos serviços contratados, até os limites previstos em lei;
- p) Responsabilizar-se pela garantia da qualidade e perfeição dos serviços, respondendo, na forma da Lei, por quaisquer defeitos decorrentes do não cumprimento do serviço contratado.

7.2. São obrigações da Contratante:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, bem como efetuar o pagamento de acordo com a forma convencionada;
- b) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa executar os serviços contratados, dentro das condições pactuadas;
- c) Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços, fixando o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para sua regularização;
- d) Ordenar, se for o caso, a imediata substituição de empregado da CONTRATADA que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização;
- e) Observar para que durante toda vigência do mencionado contrato sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA, exigíveis na licitação, solicitando desta, quando for o caso, a documentação que substitua aquela com prazo de validade vencida.
- f) Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;
- g) Aplicar à empresa vencedora as penalidades, quando for o caso;
- h) Prestar à contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;
- i) Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- j) Notificar, por escrito, à contratada da aplicação de qualquer sanção.
- l) Notificar, por escrito, à CONTRATADA a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos SERVIÇOS, fixando o prazo para sua correção;
- m) Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas nos servicos realizados.
- n) Oferecer condições físicas e apropriadas para o bom andamento dos serviços contratados.

<u>CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO</u>

- 8.1. A prestação dos SERVIÇOS só estará caracterizada mediante solicitação e de acordo com o Termo de Referência.
- 8.2 O prestador ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
- 8.3 A execução dos SERVIÇOS será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pela(s) Secretaria(s) solicitante(s) da CONTRATANTE, devidamente com



atribuições específicas, cabendo a ela(s), no acompanhamento e na fiscalização do contrato, registrar as ocorrências relacionadas com sua execução, comunicando à Contratada as providências necessárias a sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior.

- 8.4 A Secretaria Municipal responsável pelo recebimento e fiscalização dos SERVIÇOS, efetuará inspeção, para comprovar se o objeto atende as especificações mínimas exigidas ou superiores aquelas oferecidas pela CONTRATADA.
- 8.5 Quaisquer exigências da(s) Secretarias inerentes ao objeto e termos do Edital deverão ser atendidas em até 2 (dois) dias pela contratada, sem ônus para a Administração.
- 8.6 Será procedida cuidadosa vistoria por parte da fiscalização, verificando a perfeita aferição dos materiais especificados no Edital e Anexos, sendo recusados todos aqueles que estiverem em desacordo.
- 8.6.1 É de responsabilidade da Secretaria solicitante, após a verificação das quantidades e qualidades dos itens descritos acima, atestar o recebimento e consequente a aceitação em até 02 (dois) dias úteis contados a partir da data de entrega dos bens.
- 8.7 O Município não permitirá, sob nenhuma hipótese, que empregados da licitante contratada executem tarefas em desacordo com aquelas estabelecidas no instrumento contratual.
- 8.8 A Secretaria responsável poderá exigir, uma vez comprovada à necessidade, o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da contratada que, por justas razões, vier a desmerecer a confiança, e embarace a fiscalização ou ainda que venha a se conduzir de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções para qual lhe foram delegadas.
- 8.9 As providências que ultrapassarem a competência da Secretaria deverão ser comunicadas por este em tempo hábil à Autoridade Competente, para a adoção das medidas necessárias à continuidade da execução do contrato;
- 8.10 Os motivos de rescisão do contrato são os estabelecidos nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, observado as sanções estabelecidas nos arts. 81 a 99 da mesma lei.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será efetuado após apresentação da documentação comprobatória da manutenção da idoneidade do contratado no decorrer da execução do contrato, exigível como condição prévia para a liquidação da despesa, compreendendo:
- a) Certidão Negativa de Débito junto ao INSS;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;
- d) Certidões probatórias da regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, idênticas em quantidade e espécie às que tenham sido exigidas para efeito de habilitação e qualificação, previamente à contratação, expressas no subitem 9.3.1. do instrumento convocatório.
- 9.2 A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE/RN se compromete a efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação dos documentos do item 9.1, acompanhado da Nota Fiscal de FORNECIMENTO e devidamente atestada pelo setor competente.
- 9.3 A atestação das notas fiscais/faturas que comprovam a execução dos SERVIÇOS caberá a Secretaria Municipal solicitante/gestora.
- 9.3.1 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.



- 9.4 É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada nesta Ata, em especial o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.
- 9.5 Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO caso o mesmo se encontre em situação irregular conforme item 9.1.
- 9.6 Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.
- 9.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 10.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.
- 10.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</u>

11.1. A Prefeitura Municipal de Maxaranguape poderá aplicar ao licitante ou contratado, (conforme o caso), garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, as penalidades a seguir relacionadas, previstas na legislação pertinente:

I – ADVERTÊNCIA:

II – MULTA, NOS SEGUINTES CASOS:

- a) multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso pelo descumprimento das obrigações estabelecidas, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor dos SERVIÇOS não prestados ou na correção das falhas, vícios, imperfeições ou defeitos apontados pela Fiscalização, recolhida no setor financeiro da PMM no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da notificação.
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos SERVIÇOS não prestados, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao contratante pela não execução parcial ou total do contrato.
- c) O atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará a inexecução do objeto e o contrato poderá ser rescindido a critério da PMM.
- III IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta peça, no edital e no contrato e das demais cominações legais, quando o licitante, convocado no prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta,



falhar ou fraudar a execução no contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

- 11.1.1 As sanções previstas no Inciso I, II e III poderão ser aplicadas juntamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 11.2 A recusa injustificada da empresa adjudicatária em assinar o contrato e/ou receber a nota de empenho/Ordem de Serviços caracteriza o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.
- 11.3 Ocorrendo a hipótese do item anterior, o processo retornará ao pregoeiro, que procederá ao exame das demais propostas, bem como da habilitação de seus ofertantes, segundo a ordem da classificação, até que uma proposta atenda, integralmente, ao edital, sendo o seu autor declarado vencedor e convocado para assinar o contrato.
- 11.4 As penalidades aplicadas poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente justificada e comprovada, a juízo da Administração.
- 11.5 A Prefeitura de Maxaranguape aplicará as penalidades previstas no Edital e, subsidiariamente, na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.
- 11.6 O valor da multa poderá ser descontado da fatura a que fizer jus a CONTRADADA. Não tendo nenhum valor a receber, deverá ser recolhida pela CONTRATADA. Caso contrário, os dados serão encaminhados à área competente para cobrança judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - CONDIÇÕES GERAIS

- 12.1. As condições gerais da prestação do serviço, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 12.2. É vedado ao contratado interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.
- 12.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1° do art. 65 da Lei n° 8.666/93.
- 12.4. Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência e do Termo de Contrato.
- 12.5. Integram o Edital, independentemente de transcrição, a Ata de Registro de Preços, o Termo de Referência e a proposta da empresa.
- 12.6. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar nº 123/06, e da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente.
- 12.7. O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o de Extremoz/RN, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Maxaranguape/RN, xx de xxxxxx de 2019.

Luís Eduardo Bento da Silva Prefeito

Licitante